

**77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 11 de outubro de dois mil e vinte e três, às nove horas e doze minutos, no Quality Hotel Aeroporto Vitória, localizado na Av. Adalberto Simão Nader, 605 - Mata da Praia, Vitória, teve início a **77ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

**1. Informações Gerais:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Aprovação da ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-Bio:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo, e abaixo os participantes em formato virtual, registra-se:</p> <p>Alecksey Correa (EY), Ariane Furtado De Lima (ADAI), Carlos Alberto Pires Guimaraes (ADAI), Cecilia Barreto (IBAMA), Cristiano Macedo Pereira (Fundação Renova), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Fernando P. M. Repinaldo Filho (ICMBio), Gislaine Serafim de Jesus (ASPERQD), Gustavo Almada (IBAMA), Henrique Belfort Gomes (IEF), Janaina Aparecida Batista Aguiar (IEF), Jóeci Lopes Miranda (Atingida de Aracruz/ES), José Carlos Carvalho (Consultor da Fundação Renova), José Márcio Lazarini (Atingido membro de Rio Doce), Juliana Oliveira Lima (Fundação Renova), Juliana Louzada Valory (SEAMA), Junio Augusto Dos Santos Silva (IBAMA), Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Leandro Fernandes Antonio Santos (Fundação Renova), Leandro Guimarães (IEF), Manuela Mossé Muanis (FUNBIO), Maria Regina Goncalves de Souza Soranna (CEPTA/ICMBio), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF), Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa (IEF) e Thais de Assis Volpi (SEAMA).</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou a ata 76ª Reunião Ordinária da CT-Bio em votação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-Bio foi aprovada sem objeção dos membros e será publicada no site do CIF/Ibama.</b></p>
<p><b>b. Informe sobre os encaminhamentos a partir da 1ª Reunião Intercâmaras sobre os possíveis impactos na Bahia:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, resgatou o tema, lembrando que há algum tempo os representantes da Bahia vêm procurando o CIF e a CT-Bio reivindicando sobre os possíveis impactos na Bahia. Relatou que ao final de 2022 o CIF deliberou que a CT-Bio tomasse frente dessas discussões e por isso, em março de 2023, foi realizada a reunião intercâmaras para discussão do tema e informou que o entendimento da CT-Bio para este caso, é que a Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade sozinha não tem condições de afirmar ou de garantir a revindicação, pois envolve outros estudos e outras Câmaras. Relatou também que existem dados da biodiversidade que indicam impacto no território Baiano, mas que não é possível dizer, unilateralmente, que os impactos identificados justificam e são suficientes para um processo indenizatório, que é o que está colocado quando se reivindica o território atingido.</p> <p>Informou que nessa reunião os dados foram apresentados às demais Câmaras Técnicas e foram enviados para que elas se manifestassem sobre os dados, o que não ocorreu e que com isso, a CT-Bio aprovou a ata das intercâmaras e elaborou um ofício solicitando manifestação das outras CTs – o que foi reforçado pelo CIF, através do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 17/2023/CIF/GABIN – solicitando também a manifestação do IAJ para auxílio jurídico.</p> <p>O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, corroborou com o relato e informou que há uma pressão muito grande dos representantes da Bahia após a manifestação do juiz de que quem indica novas áreas é o CIF, o que virá com mais força para que as Câmaras Técnicas se posicionem.</p>

**c. Informe sobre apresentação da CT-Bio no CIF de setembro:**

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, considerou que houve uma boa participação da CT-Bio no CIF, com apresentação do documento de premissas para a continuidade do monitoramento da biodiversidade aquática dulcícola na porção capixaba e costeiro-marinha, apresentação da proposta de estruturação do Refúgio de Vida Silvestre Santa Cruz, além da extrapauta do CETRAS.

O Sr. Frederico informou que o CETRAS é uma obrigação que está prevista na Cl. 167 do TTAC, para construir dois Centros de Triagem, sendo um em MG e ES, e considerou que é uma cláusula que demonstrou não ser de fácil execução. Descreveu os problemas que existiram desde o início do processo para construção dos CETRAS e esclareceu que devido as dificuldades, o IBAMA entrou em contato com a Fundação Renova para fazer uma proposta alternativa para o Centro de Triagem para possibilitar o repasse do recurso da Renova para IBAMA, para que o próprio órgão realizasse a construção do CETRAS. Relatou que esse ponto foi apresentado no CIF como extra-pauta, sem discussão, conhecimento ou nota técnica da CT-Bio e, inclusive, sem o conhecimento da equipe de Biodiversidade da Fundação Renova. Explicou que esse ponto foi apresentado pelo presidente do IBAMA e que ele corroborou com a proposta, considerando que a cláusula estava em inércia.

A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, relatou que a equipe do IEMA recebeu essa notícia com surpresa, considerando que nem todos os técnicos estavam na reunião do CIF e que o ponto extrapauta aconteceu em horário diferente dos pontos apresentados pela CT-Bio. Registrou desapontamento com a situação, visto que os membros da CT-Bio vem acompanhando essa cláusula desde 2017, com realização de vistorias e “luta” pela cláusula, e por isso, considerou falta de respeito para com a CT-Bio, por não serem informados da extrapauta.

O Sr. Junio dos Santos Silva, representante do IBAMA, informou que há uma decisão que define que o recurso será repassado ao IBAMA e considerou que a instituição não executará a cláusula e que somente entregará o recurso a uma instituição que fará a gestão de todo o procedimento formais e legais para construção dos CETRAS.

A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, agradeceu a contextualização feita pela coordenação e considerou que por muitas vezes a Fundação Renova é questionada e penalizada com comentários de que já haviam se passado 7 anos e a Fundação não ter construído os CETRAS, mas que na realidade houve vários atrasos relacionados à indefinições de terreno e revisões do projeto, que levou à paralisação e atraso das atividades por diversas vezes. Afirmou que a Fundação Renova fez tudo o que foi solicitado pelo IBAMA e pelos estados e que houve sim em 2021 uma demora em relação a um item do cronograma que foi em relação a aprovação do orçamento – o qual a Renova também achava que tinha o valor muito alto para conclusão da cláusula. Posteriormente, recordou o processo vivido durante todo esse tempo de tentativa do atendimento a Cláusula e relatou que a preocupação da Fundação Renova era em não cumprir uma cláusula principalmente em relação ao CETRAS-MG que, estava com o projeto concluído, mas com as atividades paralisadas há quase 2 anos devido um evento totalmente alheio a vontade de qualquer membro da equipe técnica da Fundação ou do IBAMA. Reforçou que também foram pegos de surpresa com o pedido do pauta do IBAMA no CIF. Explicou que havia uma conversa com o IBAMA sobre o CETRAS/MG, pois não estava sendo encontrada outra solução e considerou a proposta feita pelo IBAMA sensata, considerando que o projeto pensado anteriormente era muito audacioso. Afirmou também que a obrigação de construção de um CETRAS em Minas e outro no Espírito Santo não deixará de existir, independente da forma de repasse do recurso.

O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, considerou que essa situação demonstra bem a disfuncionalidade do sistema de governança criado para a reparação. Considerou que essa será a melhor solução para a inércia criada no processo e que a coordenação do IBAMA decidiu pela melhor decisão e elogiou o arranjo institucional tomado pelo IBAMA. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que estão todos de acordo

com a decisão tomada e sugeriu somente que haja mais cuidado com a forma e com o fluxo de decisão, inserindo a câmara técnica no processo.

A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, considerou que apesar do ponto ter sido levado ao CIF, há muito tempo ele não era trazido para discussão nas reuniões da CT-Bio e reforçou a necessidade de que o fluxo seja seguido, de forma que toda documentação seja apresentada na CT-Bio antes de ser levada ao CIF.

O Sr. Frederico Martins considerou que autocrítica sobre não ter conseguido viabilizar o CETRAS tem que ser coletiva e que a questão do CETRAS exemplifica muito bem outras questões desse arranjo do processo reparatório. Considerou que houve um erro de método, quando as pessoas que sempre se esforçaram para as coisas acontecerem, ficam de fora do processo e ponderou que se mais pra frente acontecer algum problema quanto ao andamento com o CETRAS, a CT-Bio precisará ser acionada. Reforçou ainda que no papel do Sistema CIF a CT-Bio continua acompanhando a cláusula e sugeriu que na próxima reunião os atores que estão a frente dessa decisão, apresentem o andamento da cláusula.

Posteriormente, o Sr. Frederico Martins relatou que o plano de manejo para o REVIS havia sido publicado no diário da União e parabenizou toda a equipe dedicada. Relatou ainda que houve a aprovação do CIF quanto ao mecanismo financeiro para consolidação do Refúgio e da APA. O Sr. Fernando Repinaldo, representante do ICMBio, relatou que a pauta foi da estratégia aprovada anteriormente para continuidade da consolidação, o que foi um grande passo e um grande avanço e uma boa prática realmente tanto para aprender a executar como para servir de exemplo pra o próximo. Considerou que apesar desse avanço e dessa esperança, veio a preocupação com a questão do prazo da dotação orçamentária dentro da Fundação Renova ocorrer e do prazo para retorno do jurídico da Renova com as minutas de acordo de cooperação e plano de trabalho, que da parte do ICMBio já foi apresentado. Reforçou que a preocupação vem, visto que dezembro desse ano se encerra o acordo atual, o que, por exemplo, impossibilitaria manter os serviços e os investimentos iniciados pela Fundação Renova, investimentos esses que são significativos para a gestão da Unidade de Conservação. Considerou também que se esse acordo acabar e o ICMBio ficar sem nenhum amparo para execução de ações, de dezembro até quando essa dotação orçamentária estiver pronta e o acordo estiver publicado, há um grande risco de descontinuidade, em um período crítico para as Unidades, inclusive, que é o verão, por ser um período que há mais pressão e precisaria estar tudo mais encaminhado. Sugeriu à Fundação Renova em fazer um acordo de cooperação simples, com acordo que está vigente para simplesmente permitir a continuidade da execução o que seria uma ação transitória, obviamente, até que o acordo que envolve o mecanismo financeiro e a relação com o FUNBIO seja estabelecido e esteja operando.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, parabenizou a proposta apresentada pelo ICMBio para esse tema e relatou que desde o início das discussões de interpretação da cláusula para que fosse possível construir o projeto houve uma preocupação muito grande com o termo consolidação e que havia incerteza sobre como que isso poderia ser executado de forma sustentável e definitiva, visto que o termo “consolidação” traz esse caráter definitivo para a Unidade. Informou que muitas discussões foram feitas para trazer o conceito para dentro da cláusula e fosse possível ter um conceito específico para TTAC de forma a ser exequível. Relatou que ainda existia uma incerteza sobre como isso poderia ser realmente implementado e que a primeira fase do projeto foi uma tentativa de execução direta da Fundação Renova, com a dependência de emissão de termos de referência do ICMBio, para que se conseguisse atender às expectativas do gestor, da unidade e da instituição gestora, mas enfrentou vários problemas nesse processo que fogem do controle das pessoas que estavam envolvidas. Relatou que não foi fácil chegar nessa proposta e que por isso hoje é enfrentada a dificuldade de promover essa transição em tempo viável, porque não foi possível estruturar toda essa proposta antes do prazo se aproximar muito do final do acordo de cooperação e lembrou que a Fundação Renova tem processos institucionais, assim como qualquer outra instituição, que precisa seguir alguns ritos. Considerou ainda que o final do acordo está se aproximando e que não há como manter os acordos e os contratos que

atendem a esse acordo sem um lastro do objetivo que motivou aquele compromisso e por isso estender o prazo dos contratos de assessoria não é possível de forma direta e afirmou que está se debruçando junto com a sua equipe para tentar achar uma maneira de executar isso. Relatou ainda que conversou diretamente com o Sr. Fernando Repinaldo a fim de tentar imaginar qual que seria esse mecanismo, a proposta, talvez de um novo acordo de transição, que também segue um rito institucional e considerou que a descontinuidade é quase um fato, analisando todo o andamento e a falta de alternativas.

O Sr. Frederico Martins, considerou que são duas questões, sendo o novo acordo e a manutenção dos contratos atuais que estão ancorados no acordo atual e que no ponto de vista da estratégia, esse novo acordo de mecanismo financeiro sustentável pode dar um salto de qualidade na gestão que é importantíssimo. Relatou que a posição do ICMBio, no que se refere ao “acordo” - instrumento para fins de formalização - o investimento é no Novo Acordo e por isso não seria interessante trabalhar com um acordo de transição pois ele pode prejudicar o acordo principal. Relatou ainda que assinou um ofício a ser enviado para a Fundação Renova com o questionamento sobre os termos do acordo que está minutado e informou que no entendimento do ICMBio, a Fundação Renova consegue tanto desenvolver o fundo quanto manter os contratos atuais e que a minuta é suficiente para essas duas frentes. Considerou que, se for possível tramitar e assinar esse Novo Acordo até o dia do vencimento do primeiro, em tese, daria para manter os contratos na forma que está sendo pensado. Reforçou que a estratégia é investir no Novo Acordo que traz o fundo, mas incorporando ao texto do acordo do fundo essa possibilidade de manutenção dos contratos. Considerou ainda que, se investir nisso, seria possível tramitar em tempo rápido e conseguir assinar até dezembro, resolvendo as duas questões. Se não der tempo dessa tramitação ou se a leitura da Renova for diferente, será realmente necessário sentar e pensar alguns instrumentos para manter esses contratos. Informou também que, caso a repactuação aconteça, nos preâmbulos dela está entendido e concordado, inclusive pelas empresas, que esse mecanismo financeiro tem que ser implantado pela Fundação Renova para consolidação do Refúgio Santa Cruz e da APA Costa das Algas. A Sra. Laila Medeiros agradeceu e considerou que a essa é uma estratégia mais assertiva do que tramitar um instrumento paralelo que traria mais complexidade para análise e informou que vai internalizar esta proposta recebida e trará uma resposta para a CT-Bio.

Por fim, o Sr. Frederico apresentou o último item de pauta discutido no CIF a respeito das premissas para continuidade do monitoramento da biodiversidade aquática seja implementado como uma nova etapa, que o escopo detalhado deve ser proposto pela Fundação Renova até o fim de outubro, com garantia da continuidade nos moldes atuais até que o novo monitoramento seja implementado. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, informou que essas premissas foram previamente discutidas com a Fundação Renova e suas mantenedoras, por conta de uma ação judicial que definia a necessidade de contratação de um perito para análise da eficácia desse monitoramento e que houve unanimidade de que isso seria desnecessário no atual momento e questionou como está a condução para esse novo monitoramento. A Sra. Laila Medeiros informou que a Fundação Renova conduziu a elaboração de uma nova proposta de monitoramento baseado nas premissas acordadas e que a expectativa é que a entrega seja feita na próxima semana e sugeriu algumas datas para reuniões de discussão desse modelo. Informou que as premissas que foram acordadas depende de alcançar um consenso sobre o processo, inclusive o processo de transição, e reconhece que todos os envolvidos estão motivados e comprometidos com esse processo. Relatou ainda que a Fundação Renova está satisfeita com a proposta que ela conseguiu construir, baseada no monitoramento atual e atendendo todas aquelas premissas que foram colocadas e que por esse motivo está confiante que será possível concluir o prazo de novembro e a partir disso, já iniciar um processo de contratação para esse novo formato atendendo essa premissa. Lembrou que outra premissa que faz parte do processo é dar continuidade ao monitoramento até que novo formato seja implementado e afirmou que isso

tudo é de ciência, protocolado em âmbito judicial e será atendido, com esforço com todas as frentes necessárias.

O Sr. Frederico considerou que o compromisso da CT-Bio em ser rápido na análise está assumido, mas que não é possível afirmar que concordará com a proposta a ser apresentada e relatou que se espera poder aprovar essa proposta o quanto antes, caso haja concordância. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, sugeriu que a Fundação Renova elabore um cronograma com as principais datas para que seja possível enxergar os “tempos e movimentos” dessa transição. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, relatou que considerando a experiência atual e os prazos internos da Fundação Renova, todo o processo levaria em média 6 meses e lembrou que o acordo feito é que o período chuvoso seja monitorado com tempo de fazer as análises e emitir relatório e questionou se isso está sendo tratado nesses arranjos.

Em resposta, a Sra. Laila informou que o cronograma não faz parte do escopo montado para o novo monitoramento, mas que faz parte da etapa da conciliação e que é possível montar esse cronograma para uma discussão. Relatou que hoje, há a expectativa de começar um processo concorrencial no início de dezembro, para contratação e início da mobilização em junho e informou que a FEST está executando as atividades e pretende emitir o último relatório no quinto ano. Relatou ainda que a Fundação está tentando promover uma etapa de transição, na tentativa de contemplar coletas nesse intermeio de tempo, que seria de período chuvoso e que poderia ser pensado uma forma de realizar essas coletas para não perder essas atividades, visto que esses dados não vão ser acrescentados ao relatório do quinto ano, pois são além do relatório do quinto ano, mas que deve-se promover a análise das amostras, que na sua grande maioria tem prazo de preservação e esses dados virão no próximo relatório, já no período de monitoramento com novo formato. Afirmou que essa proposta é dada considerando que se a FEST for incluir os dados desse período, ela não conseguirá entregar o relatório do quinto ano no prazo acordado.

O Sr. Frederico considerou que a ideia é boa, visto que há a possibilidade da própria FEST, de alguma forma, continuar fazendo esse contrato pois com certeza ela irá se candidatar e que se ela for executar, não haveria problema nenhum pois seria um processo de continuidade e se for uma outra instituição de pesquisa a frente do monitoramento, que precisará analisar os dados já coletados, essa questão será problematizada mais pra frente, mas as coletas estarão, pelo menos, garantidas. Reforçou a importância de garantir dentro desse monitoramento em vigor, as coletas dessa campanha e a entrega do quinto relatório com os dados mais atuais que tiverem. A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, concordou e relatou receio com um relatório com os resultados de dados executados por outra instituição, visto que aconteceram problemas como este anteriormente. Sobre o cronograma, relatou que a preocupação se dá em relação aos vários estudos que serão finalizados em outubro e por isso eles ficariam parados até o início da próxima execução. O Sr. João Carlos Thomé informou que não está vendo com bons olhos essa proposta de transição e afirmou que isso não foi o acordado. O Sr. Frederico afirmou que a premissa não é de uma nova metodologia e sim de continuidade nos métodos e não de inovação dos métodos. Informou que a intenção é dar continuidade no monitoramento e que não tem expectativa de um novo grupo a ser estudado ou em trocar unidade amostral. Afirmou que a premissa é de continuidade das coletas e das séries histórica, obtendo um monitoramento de longo prazo sem ruptura no método e que o importante é que o estudo seja ininterrupto e deu exemplos de como a frequência se manterá.

Após questionamento sobre alguma desmobilização do monitoramento e sobre ausência de análises na próxima estação chuvosa, a Sra. Laila solicitou que se faça essa separação dos temas, discutindo o escopo do monitoramento como uma etapa e em paralelo, discutir esse processo de transição. Informou que está havendo um planejamento da desmobilização conforme acordo firmado com a FEST e explicou que a FEST trabalha com um cronograma de desmobilização das atividades que vão se encerrando e ao mesmo tempo já se iniciou uma discussão para planejamento de uma proposta de postergação de prazo de encerramento. Explicou ainda que só pode aprovar a alteração desse formato, depois que tiver uma proposta

	<p>para isso e validá-la internamente na Fundação Renova, o que já foi feito diversas vezes no passado e lembrou que a CT-Bio é prova disso, na tentativa de rescisão do ACT atual, nos momentos de aditivos promovidos e que sempre é feito um planejamento e replanejamento. Informou então que é fato que as pessoas que trabalham hoje no projeto devem ter recebido um aviso prévio e que infelizmente é um processo que ainda não foi possível de evitar, mas que tudo está sendo trabalho para diminuir todo esse transtorno. Posteriormente, apresentou detalhes do cronograma e informou que estão buscando alternativas de não interrupção do monitoramento.</p> <p>Após questionamento sobre a continuidade de monitoramento reprodutivo das tartarugas, a Sra. Laila informou que este escopo está incluído na proposta de novo monitoramento, e que esse escopo está em negociação com a Fundação Projeto TAMAR, em estágio avançado de discussão para assinatura do acordo. O Sr. Frederico sugeriu que na próxima reunião da CT-Bio será apresentado o cronograma da transição do PMBA e proposta metodológica.</p>
<b>Encaminhamento 77.1:</b>	<b>Na próxima reunião da CT-Bio será trazida a cláusula 167 com andamento do que foi feito a partir da deliberação nº 722.</b>
<b>Encaminhamento 77.2:</b>	<b>Na próxima reunião da CT-Bio será apresentado o cronograma da transição do PMBA e proposta metodológica.</b>
<b>d. Apresentação de proposta do fluxo orientador para tomadas de decisão no sistema:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que às vezes algumas decisões são tomadas <i>ad referendum</i> e em algumas situações é necessário tomar uma decisão muito rápida e que com isso, foi identificada uma carência e uma necessidade de ter um fluxo mais claro para tomada de decisão. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, iniciou informando que a intenção da criação do fluxo é orientadora e não de engessar as ações da CT-Bio. Posteriormente, apresentou detalhes do fluxo e ao final reforçou a necessidade de que o fluxo passe por teste para que qualquer problema identificado seja alterado. O fluxo foi aprovado pelos membros, com o compromisso de que todos continuarão fazendo testes.
<b>e. Apresentação do cronograma das próximas reuniões do GAT:</b>	A Sra. Letícia de Moraes, representante da Fundação Renova, apresentou detalhes do cronograma para o GAT-PABA e para o GAT-PABT. A apresentação está disponível na íntegra pra eventuais interessados. O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, lembrou que o Sr. Leandro Carmo, representante do IEF, trouxe para a CT-Bio a necessidade de discutir com o GAT a possibilidade de inclusão de uma Unidade de Conservação do Rio Santo Antônio, no entanto o tema não foi discutido na reunião permanecendo em aberto. No entanto, o tema não foi discutido na reunião permanecendo em aberto.

## 2. Cláusula 165:

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Repasse do acompanhamento de campo das atividades do PMBA em Linhares/ES:</b>	O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, apresentou detalhes do relatório de acompanhamento de campo das atividades do PMBA em Linhares. A apresentação está disponível na íntegra pra eventuais interessados. Relatou que algumas situações identificadas geraram dúvidas que serão descritas no relatório e enviadas aos pesquisadores para esclarecimentos. O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, considerou que esse procedimento de vistorias regulares é muito importante e que traz muitas melhorias para o processo. O Sr. Eduardo relatou a data das próximas vistorias que acontecerão no mês de outubro.
<b>b. Apresentação da Nota Técnica sobre o descumprimento da</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, apresentou breve histórico lembrando que o relatório da perícia AECOM indicou a presença do metilmercúrio com onexo-causal com o rompimento da barragem de Fundão na região costeira-marinha e que a partir dessa constatação a CT-Bio entendeu que seria

**Deliberação CIF n° 666/2023 referente a análise de metilmercúrio no PMBA mineiro:**

necessário que esse elemento seja incorporado ao monitoramento em toda sua dimensão. Informou que a partir disso, a CT-Bio fez uma Nota Técnica nº 04/2023 CTBio/DIBIO/ICMBio com Deliberação CIF nº 666/2023 para que a Fundação incorporasse esse elemento, entretanto foi atendido somente no que se refere a porção costeira-marinha e porção dulcícola capixaba e não conseguiu incorporar o elemento ao PMBA mineiro. Informou ainda que uma das argumentações principais é que os anexos e as pesquisas da FAPEMIG tem escopo muito determinados sem espaço para esse aditivo, e outra é que não haveria outros estudos associados que justificaria a coleta do metilmercúrio para ser relacionado com outra análise e/ou elemento. Relatou ainda que a Fundação Renova vem sustentando essa argumentação, apontando a não necessidade ou a falta de justificativa técnica que sustentasse essa necessidade e que a CT-Bio, por sua vez, não se convenceu da argumentação e por isso insiste na realização do estudo na porção mineira e que, devido ao dissenso, a CT-Bio definiu por levar essa questão ao CIF com uma Nota Técnica nº 10/2023 CTBio/DIBIO/ICMBio, que indica o descumprimento da deliberação e solicita notificação do CIF.

A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, lembrou que foram feitas reuniões com a FAPEMIG onde os pesquisadores/professores de alguns projetos se dispuseram em auxiliar na incorporação dos estudos e relatou que na atual NT é proposto a contratação de uma nova instituição ou a inclusão dentro dos estudos da FAPEMIG ou até a complementação em algum estudo realizado no Espírito Santo.

A Sra. Leandro Guimarães, representante do IEF, considerou que existe uma divergência persistente entre a interpretação que a Fundação Renova dá para as Deliberações do CIF que lidam com o tema e afirmou que a CT-Bio entende que a contratação do metilmercúrio deve abranger a porção de Minas Gerais e Espírito Santo e que esse é a real intenção do item 6 da deliberação e que não existe qualquer restrição a novas contratações para executar esse objetivo. Relatou que a atual NT vem notificando o descumprimento e reiterando a necessidade do estudo e também clarificando a interpretação do poder público sobre as deliberações, a qual foi respondida pela Fundação Renova reforçando suas ponderações anteriores. Considerou que essa questão está esgotada e que deve ser somente levada ao CIF para assegurar a análise do metilmercúrio e lembrou que a Fundação Renova sugeriu realizar, inicialmente, a análise nos pontos da FEST já presentes em MG, mas considerou que há elementos e condições de fazer a expansão toda de uma vez.

O Sr. Frederico Martins questionou se a proposta de seguir com análise do metilmercúrio nos 3 pontos da FEST já presentes em MG não atenderia. Em resposta, o Sr. Leandro refletiu se os 3 pontos não apresentarem presença do metilmercúrio seria possível concluir que não há necessidade de implantar um estudo com uma rede mais extensa em MG e considerou que seria um problema de insuficiência amostral.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, relatou que a Fundação Renova fez um ofício em resposta a manifestação da CT-Bio que é pauta do próximo do CIF e informou que nele é reiterado o posicionamento de que os resultados para Minas Gerais não apresentam essa preocupação para o elemento mercúrio e que o próprio relatório da perícia, não recomenda um programa de monitoramento, sendo em sua opinião, essa uma interpretação equivocada da Câmara técnica e relatou que os argumentos apresentados estão um pouco falhos para o território mineiro. Reforçou que a sugestão é que se acompanhe os resultados que virão desses 3 pontos de monitoramento e explicou que existe o PMQQS que já monitora a muito mais tempo a condição do Mercúrio total e explicou que o metilmercúrio é uma fração desse mercúrio total e que a presença dele não é um motivo de preocupação. Considerou que quando se fala que metilmercúrio é algo extremamente prejudicial, há um erro, visto que a presença dele precisa ser relacionada a diversos fatores importantes e esclareceu que esse é o questionamento da Fundação Renova que pede que a CT-Bio tenha um pouco mais de critério na hora de realizar a avaliação. Questionou se vale a pena realmente esse tema ser levado para uma discussão exaustiva no CIF sendo que o próprio relatório da perícia não indica a necessidade de monitoramento.

	<p>Após questionamento sobre a data de entrega dos primeiros resultados, a Sra. Laila informou que tem uma campanha seca coletada que aguarda a conclusão de metal total, para indicar as amostras que teriam possibilidade de análise e em paralelo, o processo concorrencial para contratação de laboratório foi iniciado, contemplado essa malha apontada pelo plano de trabalho e explicou que é possível incluir mais amostras, caso isso apareça de alguma colaboração de outros pesquisadores. Informou ainda que o cronograma de contratação foi colocado no plano de trabalho e assim que esse processo for concluído, as amostras serão encaminhadas para análise.</p> <p>O Sr. Frederico ponderou quantos pontos trariam uma suficiência amostral a fim de que os membros envolvidos no tema refletissem sobre o que está sendo pedido. O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, considerou que por questões políticas o “rio foi dividido em 2, rio capixaba e rio mineiro” e que a consequência está se observando agora nesse processo de monitoramento que deveria ser único em todo o rio.</p> <p>A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, relatou que o IEMA está de acordo com a decisão que foi tomada pelo IEF e demonstrou preocupação quando é considerado que os 3 pontos em Minas Gerais representariam a bacia ou o estado de Minas Gerais, visto que esses pontos estão muito próximos ao estado do Espírito Santo. Sugeriu que o ponto seja realmente levado ao CIF para discussão.</p> <p>A Sra. Laila reforçou que a proposta da Fundação Renova de olhar para os resultados que virão dos 13 pontos da bacia seria para tentar esclarecer as dúvidas levantadas pela Câmara Técnica sobre o risco desse elemento no ambiente dulcícola e ponderou que está sendo desconsiderado todo o histórico de dados presentes, tanto nos monitoramentos hídricos, sedimentológicos e próprio monitoramento do PMBA que acontece na porção capixaba com um histórico maior. Lamentou a decisão e informou que os trabalhos para os 13 pontos continuarão.</p> <p>O Sr. Frederico considerou que do ponto de vista da CT-Bio já havia um monitoramento da Câmara Técnica, o qual indicava a presença de outros impactos e que quando se abriu uma divergência, é em relação aos dados, inclusive, os do monitoramento da CT-Bio, alegando que não eram adequados para demonstrar impactos, se convocou a perícia. Explicou que a perícia vem com uma demanda judicial e com a intenção de tentar dirimir uma divergência que estava aberta em relação aos resultados dos estudos. Considerou normal o pedido de inclusão da análise de metilmercúrio e informou que a discussão seguirá para o CIF. Posteriormente, colocou a Nota Técnica sobre o descumprimento da Deliberação CIF nº 666/2023 referente a análise de metilmercúrio no PMBA mineiro em aprovação.</p> <p>A Sra. Laila ponderou que quando a proposta foi feita em utilizar esses 13 pontos do território dulcícola para fazer uma investigação a respeito da condição desses elementos no ambiente foi justamente na construção de uma hipótese de que é um elemento conservativo, que estaria acumulando metalina região baixa da bacia, de sedimento mais fino. Informou que é isso que acontece no escoamento da bacia e que para essa região do Baixo Doce não é surpresa que ela apresente uma maior concentração de elementos, comparado com a região do alto Baixo Doce e que a região estuarina e marinha também tem esse papel pelo sedimento mais fino e todo o histórico de deposição da bacia, estaria sendo concentrado nessa região e por isso esses 13 pontos seriam capazes de trazer uma condição representativa do risco para esse elemento conservativo e que se isso for verificado na região, com essa investigação, a malha de amostragem justificaria ser ampliada, porém, reforçou que todo o histórico de dados do Mercúrio total dão uma luz do que acontece e reforça a hipótese de que se houver uma deposição e um risco aumentado, é nessa região que deverá ser investigado.</p> <p>Finalizando, o Sr. Frederico proferiu leitura da minuta de deliberação sobre o tema.</p>
<p><b>Encaminhamento 77.3:</b></p>	<p><b>A Nota Técnica sobre o descumprimento da Deliberação CIF nº 666/2023 referente a análise de metilmercúrio no PMBA mineiro foi aprovada <i>ad referendum</i>.</b></p>
<p><b>c. Informe sobre a apresentação da linha 2 da FAPEMIG:</b></p>	<p>Houve breve alinhamento com a definição de que o ponto de pauta será colocado na pauta da próxima reunião que acontecerá em Minas Gerais. Sem objeção dos membros.</p>

**3. Cláusula 182:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Informe sobre a criação da APA da Foz do Rio Doce/Consulta livre e informada para a comunidade de Degredo</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, relatou que durante o processo de consulta pública para criação da APA da Foz do Rio Doce, o representante da comunidade de Degredo reivindicou a realização de uma consulta no território e questionou se a comunidade está ciente da consulta que será no dia 28 de outubro. O Sr. Damiani Paolo, representante da ASPERQD, afirmou que a comunidade está ciente e que tudo que era necessário para realização da consulta pública está alinhado. O Sr. Frederico informou que a intenção é fazer todo o custeio pelo ICMBio e questionou aos membros, que caso haja algum impeditivo com o ICMBio seria possível utilizar os recursos da CT-Bio para realização. Houve concordância dos membros quanto ao encaminhamento.
<b>b. Apresentação da FUNBIO a fim de esclarecer as dúvidas sobre o fundo:</b>	A Sra. Manuela Mossé Muanis, representante do FUNBIO, relatou sobre o seu trabalho realizado no FUNBIO e explicou brevemente como funciona o fundo. Posteriormente, fez alguns esclarecimentos às dúvidas apresentadas pelos membros. A gravação está disponível na íntegra para consulta eventuais interessados.

**4. Cláusula 181:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Apresentação da NT relativa ao "Plano de Ação Parque Estadual do Rio Doce Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão":</b>	A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, recordou o histórico de discussões em relação a Nota Técnica de análise do documento "Plano de Ação Parque Estadual do Rio Doce Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão/ Fundação Renova, 2022". O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, apresentou os pontos importantes identificados durante a leitura da NT e todos os pontos foram discutidos e acordados durante o ponto de pauta. A gravação e a Nota Técnica final estão disponíveis na íntegra para consulta eventuais interessados. Posteriormente, O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, colocou a NT em aprovação.
<b>Aprovação:</b>	<b>A Nota Técnica de análise do documento do Plano de Ação Parque Estadual do Rio Doce Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão/ Fundação Renova, 2022 foi aprovada sem objeção dos membros e será levada ao próximo CIB.</b>
<b>b. Definição de uma estratégia e pendências para andamento célere da Cl. 181:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, fez breve relato do histórico relacionado a cláusula e informou que durante o processo a Fundação Renova fez uma divisão de grupos de Unidades de Conservação e que cada um deles tinham um relatório de avaliação de impactos e planos de ação e que a partir disso, houve a discussão de um plano de ação integrado para que não fossem emitidos 53 planos de ações diferentes.  A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, agradeceu a oportunidade de apresentar o cronograma e a possibilidade de fazer alguns ajustes diante de algumas entregas das avaliações. Lembrou que o objetivo comum é realizar a reparação, mas que o processo de avaliação encontra-se em um empasse que precisa ser discutido.  O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, apresentou detalhes do cronograma definido por grupo de Unidades de Conservação. O Sr. Frederico Martins informou que a preocupação dele é com a entrega dos relatórios de impactos e sugeriu que, dentro do contexto atual, a CT-Bio pare de receber os relatórios preliminares indo direto para o relatório final e que seja pauta na próxima reunião, as pendências por parte da CT-Bio em relação aos grupos 6 e 1. Sugeriu então que a Fundação Renova encaminhe para a CT-Bio tudo que tem de acúmulo dos estudos para análise de impacto e fechar os relatórios e

	<p>posteriormente a CT-Bio faria análise. Houve debate para alinhamento dessa proposta entre os membros.</p> <p>O Sr. Frederico reforçou que a proposta é ter apenas o relatório final e a CT-Bio, no processo de análise, incluiria a consulta devolutiva as Unidades para compor a posição frente ao relatório. A proposta foi aprovada pelos membros presentes e pela Fundação Renova, com a definição que os estudos de análise de impacto, que serão as versões finais, venham com os questionários. O Sr. Leandro informou que será necessário a atualização do cronograma apresentado anteriormente, considerando os novos pedidos da CT-Bio. O Sr. Frederico colocou o encaminhamento em aprovação. Encaminhamento aprovado sem objeção dos membros.</p> <p>Em relação aos planos de ação, o Sr. Frederico citou que hoje todo relatório vem acompanhado de um plano de ação e que seria importante se pensar em uma grande estruturação para as Unidades e que pode possibilitar superar etapas, criando atalhos.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou a proposta superpositiva e que desde que se iniciou o desenho da estrutura do programa, se busca uma estratégia para atender e de forma sustentável o que é necessário para essas unidades de conservação. Considerou ainda que é preciso colocar a ressalva de que essa proposta realmente altera a expectativa que foi construída por um programa no início e que por isso, será necessário pensar em uma revisão de definição de programa e revisão de indicadores, visto que eles estavam atrelados a quantidade de ações planejadas e executadas, o que não é uma barreira. Relatou que a Fundação Renova sempre se preocupou com o tamanho que esses planos de ação foram tomando e, principalmente a expectativa que se construiu em cima deles, reforçando a dificuldade de atrelar onexo causal, às expectativas que estavam sendo postas durante as oficinas. Reforçou que essa questão será um exercício a ser feito durante as discussões visto que isso altera a natureza das ações e considerou importante que as unidades recebam apoio e tenham seus objetivos de criação resguardados.</p> <p>A Fundação Renova e o IEF consideraram que a estratégia atenderia as expectativas, reforçando a importância de levar em consideração o que está sendo feito no Plano de Ação Integrado (PAI) e em outras frentes. Ao final, ficou definido que a Fundação Renova enviará à CT-Bio uma proposta de estratégia de como executar essas ações para as Unidades de Conservação.</p> <p>Posteriormente, houve amplo debate para alinhamento das datas dos eventos para outubro e novembro. Houve também definição de equipe para análise do Relatório de Planejamento Anual - Exercício 2024, que deverá ser feita até 20 de outubro.</p>
<p><b>Encaminhamento 77.4:</b></p>	<p><b>A entrega dos relatórios de avaliação de impacto nos grupos das Unidades terão sua versão preliminar suprimida, para que a Fundação Renova apresente as versões finais dos relatórios, sendo que a consulta às Unidades será responsabilidade da CT-Bio fazer no momento de elaborar o seu posicionamento frente aos relatórios.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 77.5:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova enviará à CT-Bio uma proposta de estratégia de como executar essas ações para as Unidades de Conservação.</b></p>

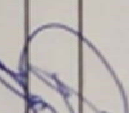
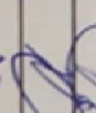
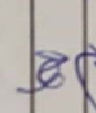
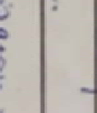
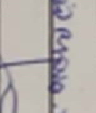
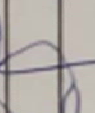

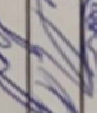
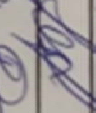
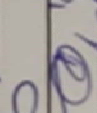
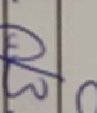
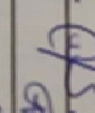
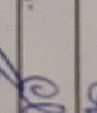
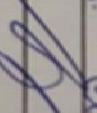
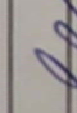

Às 17 horas e 52 minutos do dia 11 de outubro de 2023, o Sr. Frederico Drumond Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Lista de Presença de membros e convidados - 77ª Reunião Ordinária da Câmara de Conservação da Biodiversidade - CT-BIO

Data: 11 de outubro de 2023

Horário: 9h

Local: Quality Hotel Aeroporto Vitória - Av. Adalberto Simão Nader, 605 - Mata da Praia, Vitória.

Nº DE ORDEM	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL DE CONTATO	
1	Paula D. Araújo Gomes	PM Saram	27-997462244	Paula.Sara@biodiversidade.br	
2	Deila P. L. Juduinos	F. Renova	31 98413-7244	deila.juduinos@fundacaorenova.org	
3	Andruva Gatti	F. Renova	31 3113-0142	andruva.gatti@fundacaorenova.org	
4	Eliza Costa Mendes	Fund. Renova	31 91134180	eliza.mendes@fundacaorenova.org	
5	LETÍCIA DE MORAIS	F. Renova	(35) 98324-0269	<del>leticia.moraes@fundacaorenova.org</del> leticia.moraes@fundacaorenova.org	
6	JORDO CARLOS THOMÉ	ICMBio	24-598711508	jord.thome@icmbio.gov.br	
7	Carneiro Soti Reivi	ICMA	22-981680158	carneiro.soti@icma.org.br	
8	Laíssa N. Simões Bueno	ICMA	22-36368523	laissa.simoes@icma.org.br	
9	Helene Ferezi Soares Filha	ICMA	22-36362523	helene.donad@icma.org.br	
10	Sergilene de Souza Silva	Comissão de Meio Ambiente e Inovação	27-99859-3073	sergilene.silva@com.br	
11	Thaiana Maria Rodrigues	Fund. Renova	31 99025 0411	thaiana@fundacaorenova.org	
12	Kledison Ivan Ramos	Agerh-ES	28 99944 2781	kledison.ivan@agerh.es.gov.br	
13	Juliano Barbato	ICMA	22-3636 2523	juliano.barbato@icma.org.br	
14	País R. Martins	ICMA	31 99918-3768	paiz.r@icma.org.br	
15	Claudia Fawcett Jacurinde	Flacso	21-992340240	claudia.fawcett@flacso.org.br	
16	Fadruz D. Mota	ICMA	—	—	
17					

**78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 6 de dezembro de dois mil e vinte e três, às nove horas no Hotel Link Confins localizado na Rodovia LMG 0800, Km 7,9 S/n, Rua Aeroporto, Lagoa Santa - MG, teve início a **78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio em formato restrito**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

**1. Informações Gerais:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Aprovação da ata da 77ª Reunião Ordinária da CT-Bio:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião restrita dando boas-vindas, agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro:</p> <p>Alex (Fundação Projeto TAMAR), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Alexandre Grose (Consultor CT-Bio), Eduardo Perini (IEMA), Gislane Serafim de Jesus (ASPERQD), Henrique Belfort Gomes (IEF), Junio Augusto Dos Santos Silva (IBAMA), Karina Nunes (ICMBio), Larissa Simões (IEMA), Patrick Hemaïdam (IEMA/ES) e Rita Braga (IEF).</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou a ata 77ª Reunião Ordinária da CT-Bio em votação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A ata da 77ª Reunião Ordinária da CT-Bio foi aprovada sem objeção dos membros e será publicada no site do CIF/Ibama.</b></p>
<p><b>b. Informe sobre apresentação da CT-Bio no CIF de outubro:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, relatou que no último CIF foi apresentado um ponto sobre a exigência de análise do metilmercúrio e fez breve contextualização, lembrando que o relatório da AECOM indicou a presença desse elemento na região costeira com nexos de causalidade com o rompimento da barragem na região e que por isso, a CT-Bio entendeu que seria necessário incorporar a análise desse elemento em toda região impactada, considerando que o monitoramento é dividido em duas partes, uma para Minas Gerais e outra para o Espírito Santo. Lembrou que inicialmente a Fundação Renova informou que seria possível a incorporação do elemento nos monitoramentos dos dois estados, mas posteriormente informou que não haveria possibilidade no PMBA Mineiro e que por esse motivo, a discussão foi levada ao CIF e agora a Fundação Renova tem a obrigação em apresentar um plano de trabalho para inclusão do elemento. A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, lembrou que após discussão ficou acordado que a Fundação Renova entregaria a proposta pronta em até 45 dias.</p>
<p><b>c. Informe sobre os eventos realizados pela Fundação Renova no mês de novembro:</b></p>	<p>A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, informou que houve a realização do Workshop da Biodiversidade Terrestre com a possibilidade de ter uma visão bem mais ampla dos resultados e mais consistente e considerou que com a conclusão dos 2 anos é possível ver um melhor traçado e que com o próximo edital será possível ver alguns estudos serem concluídos. O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, considerou que as apresentações do workshop foram boas e que ficou alinhada a necessidade de apresentar a evolução dos resultados no próximo encontro. A Sra. Janaina informou que houve um momento de apresentação da integração dos resultados, que ficou a desejar e por isso ela será melhor pensada e reapresentada no próximo workshop e informou também que houve alinhamento para realização do workshop a cada 1 ano, com apresentação das duas campanhas e seus dados.</p> <p>A Sra. Janaina relatou que houve o entendimento de que alguns grupos não precisarão ser mais amostrados, visto que os dados apresentados até agora já se esgotaram e por isso está sendo avaliado a possibilidade de não continuidade nas amostragens. O Sr. Hermes Daros, representante do IEMA, completou que foi interessante essa conversa - sobre os quelônios – onde se ajustou um fluxo de como se fariam essas modificações para retirada ou adição de</p>

parâmetros ou grupos, onde os especialistas enviariam um documento atestando a modificação e o GAT faria análise da proposta e tomada de decisão.

O Sr. Junio Silva, representante do IBAMA/MG, relatou que durante o workshop a equipe da Ekos relatou a dificuldade de visitar alguns sítios em função da negativa dos proprietários e relatou incomodo com essas negativas visto que os proprietários justificam dizendo que a Fundação Renova não tem direito de entrar nas áreas, sendo que a Renova é apenas a executora das ações e sugeriu que os órgãos ambientais sempre acompanhem os campos, para evitar esses tipos de justificativas dos proprietários. A Sra. Janaina Aguiar considerou que entende a necessidade de fazer um trabalho de convencimento dos proprietários para receberem as equipes técnicas e que isso se esbarram no direito da propriedade, o que foge do controle dos órgãos públicos.

O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, comentou que houve uma discussão sobre as perguntas orientadoras que cada pesquisa precisa responder e relatou que os pesquisadores comentaram sobre os formatos utilizados para publicação dos resultados e sobre as preocupações que existem em relação a disponibilização dos dados brutos e a possibilidade deles serem “roubados”. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que a equipe recebe o relatório preliminar, posteriormente acontece o workshop e as considerações feitas no evento são incorporadas no relatório, diferente do que acontece no PMBA, que possui um workshop após entrega do relatório para apresentação dos resultados. Informou que os pesquisadores pediram apoio no próximo workshop para maior divulgação dos links para ampla participação.

Sobre as publicações, o Sr. Frederico Martins comentou que há uma deliberação do CIF que define que os dados podem ser publicados e afirmou que no que cabe a CT-Bio não há nenhum impedimento para nenhuma publicação dos estudos derivados e para os estudos que respondem as perguntas. Houve debate sobre o tema com o entendimento de que nunca houve ruído nas entregas de dados brutos já feitas anteriormente.

Sobre o seminário da FAPEMIG, o Sr. Juliano Barbirato informou que o seminário foi intenso e condensado e que apenas 2 dias para apresentação de todos os resultados deixa tempo bem apertado. Relatou incomodo com a entrega dos resultados já nos dias do evento e sobre a grande número de reclamações dos pesquisadores em relação a falta de verba. Houve comentários sobre a análise dos pontos localizados no Baixo e Alto Doce, deixando o iato no médio doce, sem resposta para as perguntas orientadoras para os projetos.

A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, comentou que várias questões a deixaram preocupada e informou que as perguntadas orientadoras para os projetos não tinham foco no alto doce. Relatou ainda insatisfação com o formato do seminário que estava focado nas metas e em detalhes que eram desnecessários para a CT-Bio e sugeriu que o próximo tenha mais foco na metodologia e nos resultados, o que possibilitaria o acompanhamento mais calmo dos resultados. A Sra. Janaina reforçou que havia sido solicitado a FAPEMIG que o seminário fosse com foco nos resultados e esclareceu que essa prestação de contas não precisaria ser feita pra CT-Bio e sim para a Fundação Renova e para a FAPEMIG diretamente. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, sugeriu um alinhamento direto com os pesquisadores para definição dos objetivos do seminário.

O Sr. Leandro Guimarães, representante do IEF, concordou com as considerações dos demais membros sobre a necessidade do seminário ter foco nos resultados e nas implicações ambientais e considerou que as linhas de pesquisas avançaram bastante e que de modo geral estão chegando dados de qualidade que estão demonstrando a ocorrência de danos ambientais em decorrência do desastr e relatou alguns resultados importantes que foram apresentados. O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio relatou que o ponto de pauta não é para discutir o andamento do PMBA Mineiro e sim um informe sobre o seminário da FAPEMIG e que o ideal é discutir esse tema dentro de um grupo de trabalho para análise dos relatórios entregues e do seminário.

	<p>O Sr. Arcilan Trevenzoli Assireu, pesquisador da FAPEMIG, relatou que aconteceram alguns atrasos no repasse dos recursos e que não houve corte pelo menos na sua linha de pesquisa. Relatou ainda que a grande dificuldade é o peso que a FAPEMIG tem principalmente nos projetos que subsidiam os órgãos ambientais e explicou que uma simples mudança de rubrica se torna um impeditivo. Considerou que as apresentações do seminário precisaram ser adequadas ao próprio título do seminário que foi “monitoramento de metas”, ou seja, o seminário era uma prestação de contas do que foi proposto e o que foi atingido e por isso foi um formato que não atendeu as expectativas da CT-Bio.</p> <p>Os representantes dos atingidos reclamaram do formato do seminário que não trouxe clareza para real situação dos territórios e que há a percepção de que a FAPEMIG esteja fazendo os trabalhos para trazer as respostas que a Fundação Renova quer, sem se preocupar com os atingidos e com os territórios.</p> <p>A Sra. Larissa agradeceu os esclarecimentos feitos sobre os recursos e sugeriu que a CT-Bio faça uma nota técnica sobre a padronização dos relatórios, padronização dos seminários, criando um roteiro para facilitar a leitura e compreensão dos técnicos. O Sr. Frederico concluiu que as várias críticas feitas geram preocupação em relação ao estudo, com a dúvida em se o estudo atenderá a demanda da CT-Bio e considerou que é necessário que a CT-Bio intervenha nesse processo a fim de ter algum retorno do monitoramento. Considerou ainda que para o próximo ano, será necessária a realização de dois seminários, sendo um específico para apresentação dos resultados para a CT-Bio e outro da FAPEMIG com detalhamento do atendimento de metas. Sugeriu também a criação de um grupo de trabalho para elaboração de uma Nota Técnica sobre os relatórios entregues pela FAPEMIG e posteriormente, o grupo foi formado por Leandro Guimarães, Janaina Aguiar, Larissa Simões, Juliano Barbirato e representantes do CEPTA.</p> <p>Por fim, o Sr. Frederico concluiu que o item 3 da pauta, referente a notificação sobre as entregas do PMBA Mineiro/FAPEMIG foi discutido e será atendido pela NT a ser elaborada por esse grupo de trabalho liderado pelo IEF.</p>
<p><b>Encaminhamento 78.1:</b></p>	<p><b>A CT-Bio solicitará que para o próximo ano, seja realizados eventos distintos, sendo um específico para apresentação dos resultados para a CT-Bio e outro da FAPEMIG com detalhamento do atendimento de metas</b></p>
<p><b>Encaminhamento 78.2:</b></p>	<p><b>A CT-Bio seguirá com um grupo de trabalho para elaboração de uma Nota Técnica sobre os relatórios entregues pela FAPEMIG e sobre o seminário.</b></p>

<p><b>2. Cláusula 168:</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p><b>a. Apresentação do relatório do consultor Alexandre Grose:</b></p>	<p>A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, informou que o Sr. Alexandre foi o consultor selecionado no último edital via Flacso para a Cláusula 168 e explicou que ele apresentará análise dos relatórios da fauna terrestre.</p> <p>O Sr. Alexandre Grose, consultor da CT-Bio/Flacso, apresentou detalhes da análise realizada em relação ao relatório da biodiversidade terrestre. A apresentação e a gravação estão disponíveis na íntegra para consulta de eventuais interessados. O Sr. Hermes Daros, representante do IEMA, parabenizou pelo trabalho e considerou que algumas das conclusões apresentadas pelo consultor corroboram com alguns pontos que vem sendo discutidos pelos técnicos da CT-Bio. Relatou que há alguns anos foi discutida a possibilidade de realizar amostragem com a avifauna, assim como proposto, porém se esbarrou na questão de que esses animais possuem uma área de vida grande e que, na época, não houve uma opinião mais assertiva se seria suficiente para detectar contaminação e impacto através desses animais. Relatou que no workshop surgiu a ideia de amostragem com espécies residentes próximas ao leito do rio seria possível “pegar” alguns desses efeitos e considerou que as ideias são boas</p>

	<p>para incluir nessa discussão. O Sr. Alexandre relatou que ao citar as famílias, não necessariamente seriam as famílias inteiras e sim algumas espécies, sendo necessário construir uma lista de espécies, mais residentes ou com áreas de vidas menores, por exemplo.</p> <p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio parabenizou o trabalho e considerou que é sempre bom essa consultoria para melhor as análises da CT-Bio. Sugeriu que após a emissão do relatório, que a CT-Bio faça o documento chegar aos pesquisadores. A Sra. Janaina Aguiar solicitou que o consultor envie para a CT-Bio a versão final do relatório, com a inclusão das considerações feitas pelos demais membros durante apresentação, afim de embasar uma NT a ser enviada para a Fundação Renova e a Ellos.</p>
<b>Encaminhamento 78.3:</b>	<b>O consultor Alexandra, enviará em 5 dias, a versão final do relatório afim de embasar uma NT da CT-Bio a ser enviada para a Fundação Renova e a Ellos.</b>

<b>1. Informações Gerais:</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>c. Informe sobre os eventos realizados pela Fundação Renova no mês de novembro:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio retorno no item de informe sobre os eventos realizados pela Fundação Renova no mês de novembro e informou que foi realizado também o workshop de avaliação do status de ameaça das espécies incluídas no PABT e que o evento foi prático e que os pesquisadores foram realmente para trabalhar em imersão a fim de publicar um livro com o status de ameaça das espécies.

<b>4. Cláusula 165:</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Apresentação da linha 2 da FAPEMIG, em atendimento a solicitação do Sr. Márcio:</b>	O Sr. Arcilan Trevenzoli Assireu, pesquisador da FAPEMIG, apresentou detalhes do funcionamento da linha 2 da FAPEMIG, descrevendo a equipe dedicada, os objetivos específicos, além do fundeio e instalações de sistemas de monitoramento. Posteriormente, apresentou os resultados obtidos até o momento e a ilustração da trajetória dos derivados utilizados. A apresentação e a gravação estão disponíveis para consulta de eventuais interessados. Houve esclarecimento de que os resultados apresentados foram identificados próximo ao rompimento e que há necessidade de repetir os estudos para verificar o cenário atual.

<b>5. Cláusula 182:</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Informe sobre Consulta livre e informada sobre a criação da APA da Foz do Rio Doce realizada com a comunidade de Degredo:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio informou que estava sendo realizada a segunda Consulta livre e informada e prévia sobre a criação da APA da Foz do Rio Doce realizada com a comunidade de Degredo. Explicou que existe uma demanda do acordo de Mariana que é criar uma UC na Foz do Rio Doce de uso sustentável voltada principalmente para beneficiar os pescadores locais, a fim de ordenar a pesca e lembrou que se passaram 4 anos com um governo que se propôs a não criar Unidades de Conservação e cumpriu, o que também atrasou o cumprimento da Cláusula 182, mas que, desde 2023, esse processo teve um grande avanço. Explicou também que um parte do processo seria a realização das consultas públicas, o que foi finalizado e que agora está em andamento as consultas livres, informadas e prévias que é uma definição e uma obrigação

	<p>imposta pela OIT 169 e relatou que a expectativa é que até março de 2024, o projeto esteja no Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>Posteriormente, houve um breve alinhamento sobre o andamento das questões referente a MONA do Rio Piranga, com a definição de que seria feito contato com a assessor técnico, Sr. Abilio.</p>
<p><b>b. Apresentação da Nota Técnica de Plano de Ação da REBIO Comboios:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio informou que o Sr. Antônio de Pádua, responsável pela NT, estaria liderando a Consulta Pública e por isso, realizaria apresentação.</p> <p>Posteriormente, apresentou detalhes da Nota Técnica de Plano de Ação da REBIO Comboios, detalhando as medidas de monitoramento, de recuperação, de fortalecimento da resiliência e também as ações para gestão da Unidade de Conservação. Proferiu leitura da conclusão e da minuta de deliberação. O Sr. Gustavo Almada, representante do IBAMA, ressaltou a importância de filtrar em qual tipo de fundo o recurso da REBIO será investido, visto que o mercado financeiro pensa somente no investimento e não no tipo de fundo que possua uma “ética ambiental”.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A Nota Técnica de Plano de Ação da REBIO Comboios foi aprovada pelos membros presentes, com ressalva referente a ética do investimento.</b></p>

**6. Apresentação da proposta de atividades para orçamento 2024:**

Pauta	Discussão
<p><b>Apresentação:</b></p>	<p>A Sra. Lais Mariano, secretária da CT-Bio, apresentou o fluxo de criação para o orçamento de 2024 e detalhou o que foi solicitado pela CT-Bio para 2024, entre reuniões, vistorias, serviços administrativos e serviços técnicos. Posteriormente, houve esclarecimento de algumas dúvidas.</p>

**7. Discussão sobre os relatórios da EY:**

Pauta	Discussão
<p><b>Apresentação:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio fez breve contextualização sobre o trabalho realizado pela EY. Houve discussão sobre o que é importante que a EY apresente a CT-BIO, com a definição de que será solicitado que a EY apresente o PAI e a cada ciclo de verificação sejam apresentados os resultados e que na apresentação conste o que se monitora, o que está pendente e o que está quitado e o que, durante o processo, se apresentou como inconformidades.</p> <p>A CT-Bio entrará em diálogo com a EY na reunião aberta para alinhamento do que será solicitado de apresentação.</p>

**Às 17 horas e 40 minutos, do dia 6 de dezembro de 2023, o Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.**

Aos dias 7 de dezembro de dois mil e vinte e três, às 9 horas e 25 minutos no Hotel Link Confins localizado na Rodovia LMG 0800, Km 7,9 S/n, Rua Aeroporto, Lagoa Santa - MG, teve início a 78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio em formato aberto.

**1. Repasse da reunião interna:**

Pauta	Discussão
-------	-----------

**Discussão:**

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo à participação dos presentes. Houve rodada de apresentação dos presentes e na videoconferência, sendo estes: Alex (Fundação Projeto TAMAR), Andreia Aparecida Dias (Fundação Renova), Andressa Gatti (Fundação Renova), Andreza Malini Gonçalves (Fundação Renova), Cataryna Moraes (EY), Cristiana Almeida (Representante da comissão de atingidos de Periquito), Cristiano Macedo Pereira (Fundação Renova), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Fernanda Souza Sá (Fundação Renova), Gabriella Tiradentes Pizetta (ICMBio), Jade Huguenin Rios (Fundação Renova), Josiano Cordeiro Torezani (IBAMA), Junio Augusto Dos Santos Silva (IBAMA), Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Laila Carine Campos Medeiros (Fundação Renova), Leandro Fernandes Antonio Santos (Fundação Renova), Leticia de Moraes (Fundação Renova), Livia Karina Passos Martins (IBAMA), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF), Patrick Hemaidam (IEMA/ES e Vinicius Jardim Carvalho (Fundação Renova).

Posteriormente, o Sr. Frederico Martins informou que a ata da 77ª Reunião Ordinária foi aprovada, sem objeções e que relatou que houve informe sobre apresentação da CT-Bio no CIF de outubro, onde foi emitida uma deliberação favorável ao estudo do metilmercúrio no território de Minas Gerais. Sobre o prazo da deliberação, a representante da Fundação Renova, Sra. Laila Madeiros, considerou que a deliberação demorou a ser publicada e afirmou que está sendo levado em consideração o prazo definido na deliberação. O Sr. Frederico fez breve relato da discussão realizada sobre os eventos conduzidos pela Fundação Renova no mês de novembro de 2023, conforme descrição do item 1.c detalhado acima. Sobre o fluxo de informação que foi comentado no workshop, a Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, informou que ele já foi revisto e que tinha acontecido uma falha de comunicação e sobre o relatório do Sr. Alexandre Grose, ela solicitou que ele seja entrega com urgência para que a Ello tenha acesso e consiga fazer o que for necessário ainda para janeiro e considerou que é possível realizar o workshop 1 vez por ano e informou que após análise do GAT em relação aos documentos, eles serão entregues a CT-Bio.

O Sr. Frederico continuou o relato da reunião interna, conforme descrição do item 1.c detalhado acima e afirmou que a CT-Bio não possui obediência na publicação dos dados levantados pelos pesquisadores e empresas contratadas. A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, relatou que não há restrição para publicação e que a única orientação é que as informações passem internamente antes das publicações.

Posteriormente, o Sr. Frederico fez relato da discussão sobre o edital FAPEMIG e reforçou que foi criado um grupo de trabalho para análise dos relatórios a partir do workshop. Relatou que houve um amplo debate sobre o trabalho executado pela FAPEMIG, que entra no item 3.a - notificação sobre as entregas do PMBA Mineiro/FAPEMIG – relatórios preliminares e seminário e explicou que a primeira definição, foi a de realização de 2 seminários, sendo um deles com participação da CT-Bio e com apresentação dos dados realmente ligados ao rompimento da barragem de fundão, ficando a apresentação das metas internas da FAPEMIG para um outro seminário interno da instituição. Relatou as diversas dificuldades apresentadas pelos pesquisadores durante o seminário e que com isso, ficou clara a necessidade de adequação de algumas linhas de pesquisas, o que será analisado e proposto pela grupo de trabalho da CT-Bio. Sobre o tema, a Sra. Laila Medeiros considerou que com os comentários feitos, é possível perceber o avanço do processo e relatou satisfação em ver que o projeto voltou a ter atenção da Câmara Técnica e considerou que é necessário comparar o processo de MG com o processo do ES a fim de conseguir eliminar as diferenças possibilitando a apresentação dos resultados da mesma forma. Relatou ainda que a grande preocupação se deu porque o que foi proposto pela FAPEMIG não estava sendo cumprido e os resultados não estavam sendo apresentados e informou que a realização de um único seminário se deu ao perceber que o seminário de apresentação de metas não estava sendo suficiente pra CT-Bio. Informou que se a CT-Bio entendeu que esse formato de seminário não atendeu as necessidades, não há problemas e que o novo formato pode ser acordado com os pesquisadores, a fim de oportunizar os 2 seminários com formatos diferentes. Considerou que

as dificuldades do seminário não se deu por falta de tempo e sim por falta de engajamento dos participantes, até por não terem recebido o relatório com antecedência para análise.

Sobre a reclamações dos pesquisadores em relação as questões financeiras e burocráticas da FAPEMIG, ela comentou que está acontecendo um ineditismo visto que normalmente os editais são mais curtos e explicou que durante o seminário foi identificado que alguns procedimentos internos da FAPEMIG foram atualizados porém não se aplicam ao tipo de edital junto a Fundação Renova e considerou que um contato mais próximos entre a CT-Bio e os pesquisadores eliminará as reclamações que são comuns durante a apresentação dos resultados.

Sobre a insuficiência amostral do território, ela informou que isso se da pela natureza do projeto, onde os pesquisadores responderam um pergunta e na resposta foi indicada a mínima malha amostral necessária para se chegar a resposta e considerou que avaliar a aderência da malha é algo complexo e por isso seria necessário, durante a integração com o instituto Ekos, realizar discussões técnicas para criar sugestão de ajustes. Informou que atualmente a Fundação Renova trabalha para promover o aditivo de valor e melhorar a condição burocrática dos procedimentos e em paralelo, faz a discussão da possibilidade de ajuste no seminário e no relatório. Solicitou que a CT-Bio se manifeste sobre o formato do relatório e sobre a necessidade de ajuste desse formato, para que o próximo seminário seja com os ajustes e possam ser propostas melhorias e solicitou também apoio no engajamento dos pesquisadores. Os membros da CT-Bio continuaram com o relato que estão descritos acima.

Posteriormente, o Sr. Frederico fez relato das discussões internas da Cláusula 182, já descritas acima. A Sra. Laila apresentou alguns questionamento em relação ao cunho da cláusula e reforçou que o entendimento da Fundação Renova é diferente do que foi exposto na NT. Ficou definido que será feita uma discussão posterior e que é possível mudar o que for necessário até a reunião do CIF.

## 2. Cláusula 165:

Pauta	Discussão
<p><b>a. Apresentação pela Fundação Renova do status do monitoramento das tartarugas:</b></p>	<p>A Sra. Gabriella Pizeta, representante do ICMBio, apresentou detalhes da Nota Técnica Análise do Relatório Final do “Monitoramento Reprodutivo e Satelital das Tartarugas Marinhas na Região da Foz do Rio Doce, Espírito Santo, Brasil”, elaborado pela Fundação Projeto TAMAR para a Fundação Renova, em atendimento à cláusula 165 do Termo de Referência 4 - Anexo 6. A apresentação está disponível na integra para consulta de eventuais interessados. Posteriormente, explicou que a maior preocupação apresentada no relatório é que as tartarugas não estão evitando os locais contaminados, o que contamina os ovos e os filhotes e explicou que existem diversos fatores que definem o local de desova.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, agradeceu a colocaboração da CT-Bio no alcance do consenso para continuidade dos monitoramentos e explicou que desde a discussão do encerramento do ciclo anterior, foi iniciado um processo com a Fundação Pro-Tamar para chegar a um novo acordo de cooperação, o que é um processo complexo, mas que a intenção é que na primeira quinzena de janeiro sejam concluídos os processos internos para assinatura do acordo de cooperação para dar sequência no plano de trabalho já protocolado.</p> <p>O Sr. Alex, representante da Fundação Pro-Tamar, informou que devido a questões financeiras, o monitoramento está restrito a 40km de praia, sendo 20km ao norte da Foz de Rio Doce e 20km ao sul e explicou que nesses 40km estão praticamente 60% dos ninhos de tartaruga cabeçuda e 70% dos ninhos da tartaruga de couro. A Sra. Gabriella explicou que devido a essas questões com a Fundação Renova, o monitoramento não está sendo feito da mesma forma, com o mesmo esforço amostral e que posteriormente, isso fará diferença na comparação dos resultados, por exemplo.</p>

	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio considerou que há uma perda de continuidade mas que os 40km monitoramento já são um alento. Relatou que no entendimento da CT-Bio o monitoramento desse último ciclo de 2023/2024 seria feito e até por isso, não foi solicitada anteriormente nenhum tipo de notificação. Posteriormente, houve definição de encaminhamento.</p>
<b>Encaminhamento 78.4:</b>	<b>A CT-Bio elaborará ofício para Fundação Renova registrando a frustração de não ter o monitoramento no período de 2023/2024.</b>
<b>b. Apresentação pela Fundação Renova do status da transição do PMBA:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio relatou que no dia 30 de novembro foi concluído um consenso do novo escopo do PMBA Capixaba, com movimento da Fundação Renova, da CT-Bio e das empresas. Detalhou brevemente algumas alterações que foram feitas. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que o IEMA participou de toda discussão do novo escopo e que toda equipe está de acordo com a aprovação e a documentação.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou que o tempo foi muito curto para as discussões que foram realizadas, o que exigiu muito esforço de todos os envolvidos no processo para chegada no consenso e que demonstrou uma mudança de cenário do que estava sendo vivido. Relatou que o escopo proposto é amplo e que o que foi colocado para o ambiente dulcícola demonstra a evolução do processo, que hoje permite trabalhar nos mesmos pontos para todos os grupos e apresentou demais detalhes do processo de transição. O Sr. Frederico Martins solicitou que qualquer atualização do processo e qualquer dificuldade, sejam trazidas para a CT-Bio.</p>
<b>Encaminhamento 78.5:</b>	<b>A CT-Bio encaminhará para os membros toda a documentação referente ao processo do PMBA e solicitará pauta no CIF de fevereiro a fim de registrar os consensos que embasarão a dispensa da perícia.</b>
<b>c. Informe sobre a oficina do PAI:</b>	<p>O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, relatou que no dia 12 de dezembro há um agendamento para uma reunião de alinhamento de ajuste metodológico e por fim, dar os encaminhamento e agendar a oficina de consolidação do PAI. O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio questionou se há prevista alguma outra agenda e em resposta, o Sr. Leandro informou que as demais datas estão dependentes da reunião do dia 12.</p> <p>O Sr. Frederico considerou que essa reunião do dia 12 será muito importante, considerando que todo o andamento dependerá da consolidação desse encontro. Houve definição de nomes representantes da CT-Bio para participação na referida reunião.</p>
<b>d. Informe sobre as vistorias de acompanhamento do PMBA em Linhares e Aimorés:</b>	<p>O Sr. Eduardo Perini e o Sr. Juliano Barbirato, representantes do IEMA, apresentam detalhes das vistorias de acompanhamento do PMBA em Linhares e Aimorés, descrevendo os objetivos, o local, os pontos positivos, os questionamentos a serem feitos a equipe técnica e as conclusões. O relatório e a gravação da reunião estão disponíveis para consulta de eventuais interessados.</p>

### 3. Discussão sobre os relatórios da EY:

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Apresentação:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio fez breve contextualização sobre o trabalho realizado pela EY e relatou que há algum tempo vem sendo discutida internamente a necessidade de integração entre a CT-Bio e a EY. Explicou que a CT-Bio gostaria que a EY apresentasse o PAI e a cada ciclo de verificação sejam apresentados os resultados e que na apresentação conste o que se monitora, o que está pendente e o que está quitado e o que, durante o processo, se apresentou como</p>

	<p>inconformidades. O Sr. Eduardo Perini, representantes do IEMA, fez maiores esclarecimentos sobre a intenção da CT-Bio.</p> <p>A Sra. Cataryna Morais, representante da EY, informou que os pontos de inconformidade são apresentados no relatório como pontos de auditoria e eles são acompanhados a cada ciclo de acompanhamento do programa. Posteriormente, fez uma breve contextualização sobre o trabalho da EY em relação aos trabalhos da Fundação Renova. O Sr. Eduardo informou que a CT-Bio tem acesso ao relatório, mas que a intenção é trazer o <i>report</i> para a Câmara Técnica periodicamente. A Sra. Cataryna explicou que as análises da EY são sempre em datas retroativas e que por isso o acompanhamento não será em tempo real, mas que é possível apresentar os resultados dos relatórios, focando nos pontos mais importantes, além de apresentar o PAI para que a CT-Bio possa sugerir qualquer melhoria.</p>
<b>Encaminhamento 78.6:</b>	<b>A EY apresentará para a CT-Bio o Procedimento de Asseguração Individual assim que forem elaborados e a cada de verificação, os resultados também serão apresentados nas reuniões ordinárias.</b>

4. Cláusula 167:	
Pauta	Discussão
<p>a. Informe sobre o andamento do CETRAS a partir da deliberação nº 722 que aprovou a alteração do PG29 que tira a "obrigação de fazer" da FUNDAÇÃO por "obrigação de pagar":</p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio fez breve contextualização sobre o trabalho da CT-Bio e sua composição, para entendimento dos convidados do IBAMA que estavam presentes na reunião e detalhou a obrigação prevista da Cláusula 167 do TTAC, proferindo leitura. Posteriormente, questionou qual a expectativa do IBAMA e como está o andamento das tratativas da Cláusula 167 internamente.</p> <p>A Sra. Livia Passos Martins, representante do IBAMA, concordou que há a obrigação de criação dos 2 CETRAS, sendo um em Minas Geras e outro do Espírito Santo, diante do desastre que ocorreu e que contudo, ao passar de todo tempo, não houve efetiva construção devido a uma séria de problemas e dificuldades. Relatou que durante esse período foi reavaliado a quantidade de animais silvestres que chegam na região Sudeste, que são destino de tráfico de animais e informou que existe um esforço muito grande na reabilitação dos animais. Relatou ainda que houve uma proposta da Fundação Renova para repasse do recurso, não diretamente para o IBAMA, para que fosse possível uma reestruturação da rede CETRAS em outros locais a fim de receber todos os animais que chegam para MG e ES, ou seja, seria feito um fortalecimento da rede de CETRAS para repatriar e reabilitar os animais, que chegam inclusive de outros biomas. Considerou que ainda não há prazos ou cronogramas de execução.</p> <p>O Sr. Sérgio Domingues, representante do IBAMA, reforçou as informações dadas pela Sra. Livia e destacou que o CETRAS de MG e ES são os alvos principais do recurso e que os projetos propostos anteriormente serão executados e que os recursos restantes serão levados para reforço das demais estruturas. O Sr. Frederico Martins considerou que na deliberação está contemplado o investimento no sistema de triagem de animais desde que se garanta as obrigações originais do PG-29 e que o recurso destinado é suficiente para os projetos definidos inicialmente e os recursos sobressalente irá para as demais estruturas. A Sra. Livia reforçou que prioritariamente irá se construir os CETRAS já projetados e que o recurso sobressalente irá para o fortalecimento da rede CETRAS.</p> <p>Após questionamento sobre se estaria mantida a divisão do recurso de 50% para cada estado, a Sra. Livia reforçou que a ideia é atender o que estava previsto e proposto para os CETRAS de MG e ES e o sobressalente será dividido com as necessidades de fortalecimento das estruturas. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou sua preocupação visto que considerando os projetos feitos inicialmente, não sobraria recurso excedente. O Sr. Sérgio Domingues afirmou que os projetos inicialmente elaborados serão executados e que a</p>

	<p>intenção é fazê-los em um formato mais barato, sem perder qualidade, disponibilizando o sobressalente para as demais estruturas que necessitarem.</p> <p>A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, relatou que está sendo falado de 167 milhões de reais e explicou que o BDI utilizado pela Fundação Renova é maior do que o valor que geralmente se usa, por vários motivos e considerou que o IBAMA ou alguma instituição que vá assumir essa construção, consiga fazê-la com valor reduzido e por isso sobraria recurso significativo, até para manter o funcionamento por mais de 3 anos, como definido pela TTAC.</p> <p>Após questionamento sobre o que está sendo planejado pela Fundação para atendimento das modificações feitas pela deliberação 722, a Sra. Juliana informou que será necessária a aprovação do conselho curador visto que houve alteração da forma de executar a Cláusula e em paralelo, é necessário levantar mais detalhes para construído o plano de trabalho, para que com ele, juntamente com o cronograma e com a definição de como o recurso será utilizado, tudo isso seja aprovado e seja elaborado um termo entre IBAMA, Fundação Renova e instituição que receberá o recurso para assinatura e enfim, ser feito o repasse. Considerou que o todo o processo citado e repasse do recurso se dará, em média, em julho de 2024. O Sr. Frederico reforçou que não se fala em alteração da cláusula e sim, alteração do programa que é mutável e considerou importante analisar a possibilidade de colocar o recurso e a correção em uma conta que renda CDB. A Fundação Renova verificará a possibilidade.</p> <p>A Sra. Juliana informou que as próximas grandes entregas é a aprovação do conselho curador e a definição de diretrizes do IBAMA para criação do plano de trabalho para execução do recurso. O Sr. Frederico solicitou que esse tema entrará na pauta da reunião de fevereiro para acompanhamento do andamento.</p>
<b>Encaminhamento 78.7:</b>	<b>A Fundação Renova verificará a possibilidade de colocar a correção do valor para os projetos em uma conta para rendimento de CDB.</b>
<b>Encaminhamento 78.8:</b>	<b>A CT-Bio colocará o andamento das tratativas dos CETRAS na pauta da próxima reunião ordinária para acompanhamento.</b>

**5. Cláusula 182:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p><b>a. Atualização sobre o andamento das ações de consolidação do Parque Estadual do Rio Doce:</b></p>	<p>A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, apresentou detalhes do andamento dos trabalhos de Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce em atendimento a Cláusula 182. Apresentou o histórico do tema, informes sobre a execução do termo de parceria nº 51/2021, as áreas temáticas e detalhou como é feito o acompanhamento. Apresentou também o andamento dos produtos, o detalhamento dos indicadores por área temática, as responsabilidades e a gestão do instrumento. A apresentação e a gravação estão disponíveis para consulta de eventuais interessados.</p> <p>Após questionamento sobre a impressão da estruturação, a Sra. Nilcemar informou que o caminho seguido foi o do termo de parceria, o que nunca tinha feito e que houve algumas dificuldades para aprender usar o instrumento e que se hoje fosse iniciar o processo, seria feito algumas modificações mas que passadas as dificuldades de 2022, o ano de 2023 fluiu muito mais com um trabalho mais orgânico com o Instituto Ekos. Houve elogios aos trabalhos realizados no PERD. A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, informou que dentro do processo judicial a liberação do pagamento da última parcela já foi aprovada e que provavelmente seria concluída hoje e que por isso, a partir de agora todo o acompanhamento financeiro e prestações de contas será nos fluxos estabelecidos pelo IEF dentro da casa civil e todos os controles que já foram estabelecidos para esse pagamento não será mais acompanhado pela 14ª vara, que somente dará a conclusão do pagamento das 4 parcelas.</p>

**6. Aprovação do calendário de reuniões da CT-Bio para 2024:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Aprovação do calendário de reuniões da CT-Bio para 2024:</b>	A Sra. Lais Mariano, secretária da CT-Bio, apresentou a proposta de calendário de reuniões da CT-Bio para 2024. Houve discussão sobre o local de realização das reuniões com a definição de que as reuniões serão intercaladas em Minas Gerais e Espírito Santo. Posteriormente, o Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio colocou o calendário em aprovação.
<b>Aprovação:</b>	<b>O calendário de reuniões da CT-Bio para 2024 foi aprovado sem objeção dos membros e será enviado para a SECEX para publicação na página do CIB/IBAMA.</b>

**7. Cláusula 181:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Informe pela Fundação Renova sobre o andamento da Cláusula 181, incluindo as pendências da CTBio em relação aos grupos 6 e 1:</b>	O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, lembrou que em outubro foram feitas discussões sobre alguns acertos dentro do fluxo e que ao encaminhar as definições para a FBDS foi dada prioridade para os relatórios que estavam mais adiantados e não tinham tido devolutiva. Informou que ainda em dezembro será entregue grupo 1, com as considerações da Nilcemar e na sequência será enviado o grupo 6 e que no início de 2024, será dado início aos grupos que não tiveram devolutiva e que terão os questionários enviados aos gestores. Informou também que da parte da CT-Bio, não há pendências em relação aos grupos 1 e 6.  Após questionamento sobre a reestruturação do PAI, o Sr. Leandro lembrou que na próxima semana será realizada uma reunião para ajustes metodológicos do PAI para poder marcar oficina de consolidação e encerrar o processo do PAI.
<b>Encaminhamento 78.9:</b>	<b>A CT-Bio colocará essa pauta na primeira reunião de 2024 para acompanhamento do andamento.</b>

Às 16 horas e 23 minutos, do dia 7 de dezembro de 2023, o Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

**List**

Data: 7 de dezembro de 2014  
Horário: 9h  
Local: Hotel Link Confir

Nº DE ORDEM	
17	Paul K
18	LÁILA
19	Cecilia
20	Serjia
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

**79º REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 27 e 28 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e dez minutos, no Hotel San Diego, localizado na Av. Álvares Cabral, 1181 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, 30170-001, teve início a **79ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade - CT-Bio**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

**1. Informes Gerais:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Aprovação das atas da 1ª e 2ª Reunião Extraordinária:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Andreia Aparecida Dias (Fundação Renova), Andressa Gatti (Fundação Renova), Antonio de Padua Leite Serra de Almeida (ICMBio), Cecilia Barreto (IBAMA), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Eliza Da Costa Mendes (Fundação Renova), Fernando P. M. Repinaldo Filho (ICMBio), João Carlos Alciati Thome (ICMBio), Joeci Miranda (Comissão de atingidos de Aracruz), José Carlos de Carvalho (Consultor da Fundação Renova), Juliana Oliveira Lima (Fundação Renova), Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Laila Carine Campos Medeiros (Fundação Renova), Leandro Fernandes Antonio Santos (Fundação Renova), Leticia De Moraes (Fundação Renova), Luísa Lacerda Cançado Schneider (SEPLAG), Marcos Antonio Martins (Comissão de atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Maria Regina Goncalves de Souza Soranna (ICMBio), Marina Ocacina da Mata Sacramento (SEPLAG), Matheus Guimaraes Cardoso Nogueira (Fundação Renova), Mônica Maria Vaz (ICMBio), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF), Paula Durão (Pref. De Linhares) e Rosangela Casotti (Fundação Renova).</p> <p>O Sr. Frederico lamentou a ausência da Fundação Renova e considerou que essa postura representa um descaso com a Câmara Técnica. Relatou que embora haja a possibilidade da reunião <i>online</i> para facilitar a participação, se esperava bem mais do empenho da Fundação Renova em se fazer presente, já que ela, em tese, é a executora do processo.</p> <p>A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, comentou que a equipe técnica da Fundação Renova está espalhada por MG e ES e que, com a intenção de otimizar recurso e tempo de todos os técnicos, somente alguns representantes participam presencialmente das reuniões. Explicou que ela iria à reunião, mas que devido à outro compromisso, participaria somente da turno tarde e afirmou que não houve descaso da equipe.</p> <p>O Sr. Frederico considerou que as justificativas não são válidas, visto que seria fácil para a Fundação Renova enviar outro representante da Governança e que a reunião foi marcada com antecedência, possibilitando a participação de mais representantes da equipe técnica. Sugeriu que a CT-Bio faça um ofício com reclamação de ausência da Fundação Renova, de forma que eles priorizem a participação presencial nas próximas reuniões.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, informou que a equipe técnica não é tão grande e que essa impressão é equivocada, visto que grande parte da equipe é terceirizada com contratos que possuem restrições de viagens e explicou que a Fundação Renova está passando por uma reestruturação orçamentária, onde é necessário priorizar alguns deslocamentos. Explicou que como as reuniões ordinárias já tem um rito estabelecido com uma pauta compartilhada, é possível participar de uma forma mais fluída em um ambiente <i>online</i>. O Sr. Frederico informou que a Câmara Técnica sente falta da Fundação Renova na reunião e considerou que isso nunca foi conversado antes, pois essa ausência nunca tinha acontecido e reforçou que o momento mais importante para a Câmara Técnica é a reunião ordinária.</p>

	<p>A Sra. Eliza Mendes, representante da Fundação Renova, informou que as considerações da CT-Bio serão distribuídas internamente na Fundação Renova e explicou que ao testar positivo pra COVID, levou a informação para a gerência que solicitou a sua participação em formato virtual, visto que ela vem acompanhando os temas há algum tempo.</p> <p>O Sr. Junio Gomes, representante do IBAMA, considerou que esse posicionamento da Fundação Renova pode ter ligação com a repactuação do TTAC. A Sra. Juliana Lima considerou que a Câmara Técnica estava exagerando e que a situação não tem nenhuma ligação com a repactuação, visto que a Fundação Renova nunca se ausentou anteriormente. O Sr. Frederico reforçou a necessidade de um ofício da CT-Bio com relato com acontecido. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, corroborou com a manifestação da coordenação e solicitou que a CT-Bio volte a ter momentos de reunião interna. A Sra. Laila Medeiros então solicitou a presença física dos membros da CT e reforçou a importância disto durante as reuniões, para que os assuntos sejam debatidos e alinhados.</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou as atas das 1ª e 2ª Reunião Extraordinária em votação. O Sr. Frederico explicou que a ata da última reunião ordinária não foi colocada em aprovação, pois o IBAMA está fazendo uma revisão de ata, a fim de dar de acordo e assim aprová-la para publicação.</p>
<p><b>Encaminhamento 79.1:</b></p>	<p><b>A CT-Bio elaborará ofício com reclamação sobre a ausência dos técnicos da Fundação Renova na RO.</b></p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>As atas das 1ª e 2ª Reunião Extraordinária da CT-Bio foram aprovadas com abstenção do representante do IBAMA, Sr. Gustavo Almada, que não participou das reuniões e será publicada no site do CIF/IBAMA.</b></p>
<p><b>b. Informe sobre as discussões realizadas com a CT-EI a respeito do Painel de Especialistas:</b></p>	<p>O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, informou que chegou um convite da Fundação Renova para um <i>workshop</i> do Painel de Especialistas. A Sra. Juliana Valory, representante da SEAMA, informou que o governo do estado do ES indicou alguns representantes para participação nesse evento.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, explicou que esse projeto é coordenado pela equipe da pesca e não pela equipe da biodiversidade que acompanha a CT-Bio e explicou que esse projeto é conduzido dentro da CT-EI. Posteriormente, foram apresentados os nomes que poderão participar do evento, visto a limitação de vagas por Câmara Técnica.</p> <p>A Sra. Juliana Valory informou que houve uma reunião de discussão sobre a pesca e que tem se pensado na retomada dos trabalhos do GT-Pesca e reforçou que posteriormente, será necessário que a CT-Bio indique representantes para comporem esse grupo, visto a interface da Câmara com o tema.</p>
<p><b>c. Informe sobre os pontos da CT-Bio na 74ª RO do CIF:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que as foram pautadas a Nota Técnica nº 2/2024/REBIO Comboios/ICMBio de Análise do "Plano de Ação - Reserva Biológica de Comboios - Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão", a Nota Técnica nº 3/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio de Análise Plano de Trabalho de metilmercúrio em Minas Gerais – Deliberação CIF nº 727/2023 e a Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio de Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira, e informou que a NT do PMBA foi retirada de pauta visto que ela tinha sido enviada ao CIF sem discussão com a Fundação Renova e as demais foram aprovadas, sem objeções.</p> <p>O Sr. Antônio de Pádua, representante do ICMBio, informou que a apresentação foi muito rápida e esclareceu que já havia um consenso com a Fundação Renova e a NT aprovada. O Sr. Frederico informou que houve um esforço da CT-Bio em ter um consenso para envio ao CIF após considerações da Fundação Renova.</p>

	<p>O Sr. Roberto Diniz, representante do IEF, informou que a NT apresentada já tinha sido apresentada para a Fundação Renova e que nela havia a aprovação com ressalvas do Plano de Trabalho. Informou que a Fundação Renova explicou que como o plano de trabalho começaria no segunda quinzena de janeiro, como era o cronograma inicial, a Fundação Renova pediu uma extensão de prazo, mas que para este caso, a extensão do prazo comprometeria as ações referentes ao período da seca, visto que o plano começaria a partir de outubro. Informou que foi colocada na deliberação a exigência de que o processo seja feito até setembro e que, caso não seja possível por questões contratuais, a Renova deverá demonstrar isso através da documentação.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, explicou que o processo de contratação não é simples e que possui muitas etapas que são difíceis de serem reduzidas e que o processo ainda envolve a obtenção de autorização de coleta para realizar as atividades de campo. Informou que a partir de abril, se iniciaria o período seco que vai até setembro e que então esse seria o prazo para poder fazer todos esses trâmites de contratação e mobilização da equipe. Garantiu que a Fundação Renova se esforçará para realizar a mobilização o mais rápido possível.</p>
--	--

**2. Cláusula 182:**

Pauta		Discussão
<p><b>a. OFÍCIO Nº 419/2023/CIF/GABIN - Cronograma de implantação e consolidação do Parque Estadual do Rio Doce/MG:</b></p>		<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que chegou um ofício da SECEX com o pedido de manifestação da CT-Bio sobre o Cronograma de implantação e consolidação do Parque Estadual do Rio Doce - PERD.</p> <p>A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, explicou que o pedido de informação era com relação aos R\$ 30 milhões, referentes à consolidação do PERD e que tinham ficado pendentes de comprovação do IEF para fins de liberação desse recurso. Explicou que essa questão já estava pacificada e informada ao CIF, que já tinha colocado a resposta no âmbito judicial e detalhou as etapas de estruturação do PERD. Houve parabenização dos trabalhos realizados pelo IEF.</p> <p>O Sr. Frederico Martins sugeriu uma visita técnica da CT-Bio ao PERD. Nesse sentido, o Sr. Junio Gomes, representante do IBAMA, solicitou apresentação dos projetos de pesquisa de biodiversidade que estão sendo desenvolvidos no PERD.</p>
<p><b>b. Solicitação de manifestação de ciência da CT-Bio/CIF sobre a conclusão dos repasses de recursos e evidências de atendimento integral da Deliberação CIF nº 472:</b></p>		<p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, questionou se a CT-Bio havia enviado alguma manifestação quando ao ofício FR.2023.3264 de 28/12/23. O Sr. Frederico Martins informou que não há manifestações referentes ao tema mas que o ofício enviado em resposta ao pedido da SECEX, atenderá a necessidade da Fundação Renova.</p> <p>A Sra. Laila explicou que o ofício apresentado anteriormente não é suficiente. Nesse sentido, a CT-Bio enviará nova manifestação. A Sra. Nilcemar informou que IEF acusa ciência da conclusão dos repasses de recursos e evidências de atendimento integral da Deliberação CIF nº 472 restando a necessidade do juiz da vara repassar o recurso ao estado de Minas Gerais. Houve definição de encaminhamento.</p>
<p><b>Encaminhamento 79.2:</b></p>		<p><b>A Fundação Renova reenviará a CT-Bio o Ofício FR.2023.3264 de 28/12/23.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.3:</b></p>		<p><b>A CT-Bio elaborará ofício sobre a ciência da CT-Bio referente à conclusão dos repasses de recursos e evidências de atendimento integral da Deliberação CIF nº 472 (antecipação do desembolso da 4ª parcela para consolidação do PERD).</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.4:</b></p>		<p><b>A CT-Bio organizará a apresentação de estudos de pesquisas realizadas no PERD.</b></p>

**3. Cláusula 165:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Apresentação da Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio - Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que essa NT foi aprovada pela CT-Bio na Reunião Extraordinária de janeiro e agradeceu o grande esforço técnico que possibilitou a emissão da nota. Explicou também que, como é de costume, a NT avalia o relatório que indica os principais impactos, faz todo um levantamento e dá alguns apontamentos necessários. Adicionalmente, indica uma notificação.</p> <p>O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, considerou que essa NT envolve um esforço muito grande, com apoio de cerca de 30 técnicos de vários órgãos ambientais, e relatou que já foi entendido que nunca será possível fechar uma NT com todas as considerações. Explicou que após análise e conclusões, percebeu-se a ausência de algumas dados/resultados, gerando a necessidade de uma notificação, o que causou o pedido de retirada de pauta do CIF, por parte da Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, informou que a questão da notificação foi discutida desde a entrega do relatório, visto que algumas questões que deveriam ser tratadas no relatório não foram tratadas. Como exemplo, citou a integração de todos os dados, que para a CT-Bio é uma das partes mais importantes, e que veio incompleta devido à não realização de algumas análises. Explicou que, no entendimento da CT-Bio, era necessário fazer a análise do relatório, mesmo com a integração estando incompleta e proferiu leitura da minuta de deliberação.</p> <p>O Sr. Frederico Martins esclareceu que a notificação se deu devido a modelo de relatório e ausência de algumas dados e considerou que a ausência de dados justificada a tempo, poderia evitar esse constrangimento. O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, considerou que a ausência de algumas informações fragiliza todo o relatório. O Sr. Gustavo Almada, representante do IBAMA, demonstrou preocupação com a situação, visto que a Fundação Renova exigiu por muito tempo a análise por laboratório acreditado e, ao chegar nesse momento, realizou as análises em laboratório terceirizado. O Sr. Frederico registrou que a questão dos laboratórios acreditados gerou muito tencionamento na época e destacou que o posicionamento da CT-Bio nunca foi contra os laboratórios acreditados, mas sempre insistindo que uma Universidade Federal Pública, com seus pesquisadores, que são funcionários públicos e que, portanto, tem fé pública, seria suficiente para legitimar qualquer análise, sendo, portanto, neste caso, desnecessária a acreditação.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, explicou que o atraso na incorporação dos dados não se deu por conta dos laboratórios acreditados e explicou que a falta das informações ecotoxicológicas do 4º relatório se deu pela adequação que a Fundação Renova solicitou à FURG dentro dos seus procedimentos de análise e por conta disso, toda aquela campanha não seria reportada no relatório até que todos os dados estivessem de acordo. Considerou de grande valia a interferência que a Fundação Renova fez aos laboratórios e esclareceu que própria FURG e a FEST puderam, depois, se manifestar sobre isso. Relatou que recebeu <i>feedbacks</i> de que a intervenção para garantir a melhoria da qualidade das informações que estão sendo geradas no laboratório foi benéfica para ambas as partes e explicou que foi um processo de adequação que atrasou a geração dessas informações e conseqüentemente atrasou a inserção desses dados dentro do relatório. Explicou que esse ponto já foi resolvido e esses dados já estão inseridos no quinto relatório anual, que está em elaboração. Afirmou que não concorda com a notificação, mas que entende que foi uma falha desse item, que foi trazido para esclarecimento.</p> <p>O Sr. Sérgio Augusto, representante do IBAMA, questionou qual seria a consequência caso a Fundação Renova persista na inconformidade do relatório e solicitou que um avanço do processo seja destacado. Em resposta, o Sr. Frederico Martins, explicou que se a Fundação Renova persistir na inconformidade é possível solicitar uma penalidade, analisando se foi descumprimento de cláusula ou de procedimento, cabendo a Fundação Renova a possibilidade de discordar e solicitar análise do juiz. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio,</p>

explicou que no momento estão em um processo evolutivo, tanto do entendimento do rompimento da barragem como um todo e dos dados e fez um breve resgate dos passos dados desde o acontecimento do rompimento. Considerou que é possível observar melhoria ao longo do tempo, diluindo um pouco as coisas. Também, uma própria resiliência ambiental que se mostra nesse caso, visto que o sedimento continua no leito do rio.

O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou a evolução na execução, inclusive no método e na segurança da equipe de coleta, o que traz um conforto bem grande de que essas coletas são feitas a contento e explicou que a equipe sabe do empenho e da dificuldade que é de conduzir contratos dessa magnitude, mas que isso não exclui a responsabilidade administrativa dos técnicos da CT-Bio ao perceber um desvio do processo. Lembrou a todos de uma outra situação, passada na CT-Bio, em que uma notificação não foi feita o que atrasou o processo que estava inconforme na CT.

A Sra. Joeci Miranda, representante da Comissão de atingidos de Aracruz, relatou que houve muitos avanços e que se não fosse a CT-Bio, o processo não teria avançado. O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, explicou como a disfuncionalidade da Governança afeta a obtenção de melhores resultados, sobretudo nas áreas de proteção do meio ambiente, na área da biodiversidade.

A Sra. Laila Medeiros reforçou o agradecimento pela reconsideração da pauta por parte da CT-Bio e considerou que esses assuntos que envolvem a execução das atividades da FEST/UFES, conseqüentemente, a elaboração dos relatórios sempre foi tratado com proximidade entre a Câmara Técnica e a Fundação Renova e por isso o pedido de pauta no CIF assustou, visto que o assunto não havia sido discutido e necessitava de alguns esclarecimentos.

Ressaltou que a construção de todo esse projeto, foi uma construção com muita participação da Câmara Técnica, tanto no seu formato quanto no seu fluxo de entrega e esclareceu que, para esse projeto em específico, a Fundação Renova entregou para CT-Bio e para a FEST a possibilidade de negociarem o formato desse relatório e que por isso, não existe risco da Fundação se negar a atender qualquer pedido que foi colocado aqui. Informou que sempre foi solicitada a autonomia para poder discutir e negociar com a FEST e as demais instituições executoras, questões relacionadas à gestão contratual, valores e algumas outras questões que envolvem uma relação comercial e, principalmente, que pudesse ter mais participação também na produção desse relatório. Informou que a intenção é que esse relatório passasse por uma avaliação interna da Fundação Renova e contribuições de melhoria antes de produzir a versão final, mas isso não foi possível e não é mais discutido visto que é um ponto vencido.

Relatou que assim que tomou conhecimento dessa nota técnica, o documento foi compartilhado com a FEST para entender como tudo poderia ser avaliado, a fim de propor uma solução para todos os pontos que foram tratados. Informou que a FEST deu prioridade na avaliação e que ela será repassada a CT-Bio nos próximos dias. Considerou que a forma mais útil de direcionar a manifestação da FEST, seria convocar uma reunião conjunta com a Fundação Renova e FEST para esclarecimento de todos os pontos apontados na NT. Informou ainda que houve uma solicitação de dilação de prazo de entrega do relatório de abril pra maio, o que nunca foi um problema para a Câmara Técnica, a fim de ter um próximo relatório elaborado da melhor forma possível.

Sobre os dados de ecotoxicologia, explicou que houve uma falha na interpretação ao responsabilizar a exigência da Fundação Renova de utilização de dados acreditados para apresentação desses dados e afirmou que os dados não foram apresentados neste relatório, que houve um atraso, e que eles serão incorporados no próximo relatório que contemplará todos os dados coletados até setembro de 2023, de todos os projetos. Relatou que em outras notas técnicas isso também foi percebido e não geraram notificação, pois foi possível ser discutido e esclarecido, pelo desafio de processar todas essas amostras, que é um escopo gigantesco.

	<p>Informou ainda que nem o relatório anual do primeiro ano contemplou todos os dados que foram coletados no primeiro ano e que sempre foi uma falha identificada e sempre foi justificada pela FEST, pela dificuldade de gestão e de incorporação dessas informações no prazo previsto e pontuou também que a CT-Bio nunca se mostrou contrária a uma dilação de prazo para entrega de relatório.</p> <p>Relatou que outra questão seria em relação a integração que sempre foi um dos maiores desafios desse projeto e lembrou que nas discussões do TR4, houve um questionamento sobre qual era a expectativa da CT-Bio sobre integração, pois parecia ser uma coisa “mágica” e explicou que para que exista uma integração, é necessária uma narrativa, precisa se ter uma pergunta, uma explicação e que por isso sempre foi difícil de ser construído. Relatou que faltou no relatório a integração do ambiente costeiro, que realmente não foi apresentado. Relatou que isso foi um erro de apresentação e que estão muito satisfeitos de ter conseguido alcançar uma integração considerada como válida e que a partir de agora essa integração vai ser completa.</p> <p>Informou que na resposta da FEST a ser encaminhada para a CT-Bio, são apresentadas questões que serão trabalhadas internamente para atendimento, com justificativa para cada uma delas e questões que serão resolvidas no próximo relatório anual, como os dois exemplos apresentados como principais motivadores da notificação, questões de senso do próprio modelo que foi definido pela CT-Bio, onde a FEST identificou que a nota técnica traz uma confusão que precisa ser esclarecida. Reforçou a importância de realização da reunião para alinhamento e endereçamento junto a FEST.</p> <p>A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, considerou que diante de todo o posicionamento da Fundação Renova, a sugestão é que a Câmara Técnica permaneça com a proposta de notificação junto ao CIF, seguindo o trâmite que já estava em andamento e concordou que a NT não deveria ter ido ao CIF sem passar por uma discussão com a Fundação Renova, mas que esta questão já foi resolvida. Reforçou que a NT deve ir ao CIF e que também seja feita a discussão com a FEST/UFES para esclarecimento dos pontos apresentados pela Fundação Renova, sem prejuízos.</p> <p>O Sr. João Carlos Thomé reforçou a importância em realizar a reunião proposta direto com os pesquisadores para esclarecimento dos pontos e esclareceu que a NT aprova parcialmente o relatório, com aplicação de notificação, não de multa, sendo apenas um pedido de atenção especial para alguns pontos. O Sr. Frederico Martins concordou com a proposta de reunião para alinhamento e considerou que há uma crítica ao relatório que vem do processo de integração, o que tem sido debatido bastante no processo do novo escopo do PMBA. Considerou que a reunião é oportuna também para se debater o cenário futuro dos relatórios das integrações e reforçou a opinião de enviar a NT ao CIF, mantendo a notificação, independente dessa reunião. Houve amplo debate sobre a necessidade de notificação com a definição de encaminhamento e permanência de envio da NT ao CIF.</p> <p>Posteriormente, a Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio - Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce foi colocada em aprovação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio - Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce foi aprovada e será enviada ao CIF.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.5:</b></p>	<p><b>A CT-BIO encaminhará a NT ao CIF com a proposta de notificação como está, para atendimentos dos prazos do CIF.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.6:</b></p>	<p><b>Será realizada uma reunião, no dia 8/03 - 14h, entre CT-Bio, Fundação Renova e FEST para esclarecimento de alguns pontos da NT, o que poderá gerar alguma alteração da minuta de deliberação, que será aceita após análise da CT-Bio.</b></p>

**4. Cláusula 167:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Informe bimestral sobre as tratativas referentes ao CETRAS – IBAMA:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que a cláusula recebeu um redirecionamento, onde a Fundação Renova teria uma execução indireta, repassando o recurso financeiro e informou que naquela momento ficou encaminhado que a CT-Bio continuaria acompanhando a cláusula por meio de informes periódicos do IBAMA e da Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Sérgio Augusto Domingues, representante do IBAMA, lembrou que a reunião de dezembro teve a presença da Fundação Renova, da equipe técnica do CETRAS/IBAMA de Minas Gerais e Espírito Santo e da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFlo/IBAMA) e relatou que, a partir dessa data, reuniões estão acontecendo periodicamente, tendo sido realizadas 03 até o momento. Posteriormente, trouxe esclarecimento para alguns pontos trazidos na última reunião; esclareceu que o valor do projeto terá uma correção monetária sobre o montante; informou que a Fundação Renova já reencaminhou os projetos dos CETRAS, tanto para Minas Gerais, quanto para o Espírito Santo; informou também que a Fundação Renova enviou um planilha robusta com valores de obra atualizados; relatou que estão sendo discutidos os conteúdos do plano de trabalho e que será apresentado para a CT-Bio oportunamente; relatou ainda que durante uma das reuniões a Fundação Renova apresentou uma potencial instituição interveniente, o FUNBio, mas ainda sem nenhuma parceria firmada.</p> <p>A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, explicou que o índice de correção aprovado para o programa é o IPCA, definido na cláusula 257 do TTAC, e informou que a correção será feita sobre o valor do projeto, até que ocorra o repasse. Esclareceu que o plano de trabalho é importante para Fundação Renova, para que ela consiga dar ciência a governança interna e aos interessados sobre o que está sendo feito do recurso e principalmente, por ser um documento de garantia do que será feito com o recurso.</p> <p>O Sr. Frederico reforçou que é importante, quando o plano de trabalho estiver mais consolidado, que ele seja trazido para a CT-Bio, preferencialmente em formato de Nota Técnica recomendando a aprovação do plano para ser levada ao CIF. Considerou que o repasse sobre o CETRAS a cada 2 meses está ótimo. Houve amplo diálogo referente à comparação da construção do CETRAS com o que foi feito para o PERD, com esclarecimento de algumas dúvidas.</p>

**5. Cláusula 182:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Situação de cumprimento do compromisso da Cláusula 182, referente a consolidação do REVIS de Santa Cruz":</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, lembrou que há algum tempo a CT-Bio aprovou uma nota técnica, com conseqüente minuta de deliberação, relacionada a esse formato de estruturação que, diferente da primeira experiência do refúgio e um pouco diferente também da experiência do PERD, é proposto, além de um investimento na estruturação da unidade a criação de um fundo de rendimentos que sustente a unidade em longo prazo.</p> <p>O Sr. Fernando Repinaldo, representante do ICMBio, lembrou que o REVIS de Santa Cruz foi uma das unidades incluídas na cláusula 182, no compromisso compensatório, referente à consolidação da unidade e que a fase I procede com a elaboração do plano de manejo e estruturação mínima da unidade, o que teve início em dezembro de 2018. Explicou que, por previsão legal, esses acordos devem ter o prazo máximo de 5 anos, não podendo ser prorrogados. Diante desse cenário, dentro desse intervalo, houve investimentos apesar de uma baixa execução e avanços significativos durante a vigência, especialmente a elaboração do plano de manejo e dotação, durante algum momento, de equipe técnica de serviços de</p>

	<p>suporte para a gestão da unidade, além de aquisição de equipamentos, aquisição de veículos e instalação de sinalização dos limites da unidade. Relatou que em meados de 2023, foram iniciadas discussões em conjunto com a Fundação Renova, CT-Bio e Gerência Regional, para que fosse feito o possível para que não ocorresse a descontinuidade do processo da consolidação e lembrou que foi aprovada uma estratégia relacionada à criação de um mecanismo financeiro para garantir sustentabilidade financeira, além de investimentos para a unidade a longo prazo, com elaboração de algumas minutas, por parte do ICMBio, de acordo de cooperação técnica de plano de trabalho, também encaminhados para a Fundação Renova. Relatou que, infelizmente, o acordo foi encerrado em dezembro de 2023, com todos os serviços sendo interrompidos em 31 de janeiro, com algumas solicitações feitas ainda no ACT, sem poder ter andamento na aquisição.</p> <p>O Sr. Frederico informou que o ICMBio interpreta essa estruturação do refúgio como um acordo de cooperação e que não há condições do ICMBio receber esse recurso e fazer uma execução devido a várias limitações. Informou que foi enviada para a Fundação Renova uma nova proposta de acordo e solicitou manifestação da Fundação sobre o que é possível fazer para dar agilidade ao processo, visto que a descontinuação pode ter um efeito bem negativo.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, concordou com a realidade relatada e informou que a Fundação Renova busca encontrar uma forma de atender a deliberação com esse novo formato, em buscar um interveniente para o processo, para que se construa uma estratégia duradoura para a unidade. Lembrou que no primeiro acordo de cooperação, foram 5 anos de um grande aprendizado de como permitir que essas ações pudessem ser executadas dentro da unidade, enfrentando desafios em ambas as instituições. Considerou que foram 5 anos, onde apenas parte do recurso foi utilizada, o que pode gerar uma imagem equivocada, mas ambas as instituições trabalharam muito para que esse acordo de cooperação tivesse as suas ações executadas e resgatou alguns passos que foram dados nesse tempo.</p> <p>Relatou que dentro da proposta do ICMBio para a definitividade para o programa, com uma forma sustentável para a unidade de atender aos seus objetivos e tocar as ações do plano de ação, a nota técnica traz as diretrizes para que isso seja feito e por isso a Fundação Renova passou a estudar qual que seria a melhor forma de fazer isso e informou que surgiu uma dúvida sobre qual o objetivo do ICMBio quanto ao mecanismo financeiro indicado. Informou que as tratativas já foram iniciadas com o FUNBIO, que trouxe um experiência com unidade de conservação e que poderiam dar o desenvolvimento desse projeto.</p> <p>O Sr. Frederico explicou que não há tantos exemplos desse formato de um fundo de rendimento e que nunca foi um entendimento do ICMBio a necessidade ou a preferência por um fundo <i>endowment</i>, que isso foi colocado na NT como um exemplo, visto que o ICMBio não tem essa experiência e que expectativa é que a Fundação Renova, dentro da sua experiência, possa buscar a forma que seja melhor pra esse caso. Afirmou que a intenção é que se tenha um investimento e que tenha recurso para manter esse investimento em longo prazo e deu exemplo do que aconteceu com a REBIO Comboios e solicitou que a Fundação Renova escolha o parceiros e o formato de fundo de investimento e apresente para a CT-Bio.</p> <p>Após questionamento sobre a dotação orçamentária para esse projeto, a Sra. Laila Medeiros informou que esse valor está previsto dentro do orçamento 2024 da Fundação Renova. Houve debate para definição de encaminhamento.</p>
<p><b>Encaminhamento 79.7:</b></p>	<p><b>A CT-Bio elaborará um ofício solicitando que a Fundação Renova apresente uma proposta de como irá executar a estruturação do refúgio, reforçando o entendimento relacionado ao fundo e a contratação do parceiro. Prazo: 45 dias após recebimento do ofício pela FR.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.8:</b></p>	<p><b>A CT-Bio e a Fundação Renova realizarão reunião para discussão da situação de cumprimento do compromisso da Cláusula 182. Dia 5/03 14h.</b></p>

**6. Cláusula 165:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Informe sobre andamento da análise dos estudos da FAPEMIG (GT de análise):</b></p>	<p>O Sr. Roberto Diniz, representante do IEF, lembrou que na última reunião ordinária foi definida a criação de um grupo de trabalho e explicou que por questões internas no governo de Minas, houve uma dificuldade de organizar a análise. Afirmou que na próxima reunião a análise será apresentada para a CT-Bio.</p> <p>O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, informou que desde a definição da criação do GT, o IEMA trabalhou para organizar a documentação do tema e explicou que será necessário uma reunião com o IEF para alinhar o apoio na estruturação da análise. Houve definição de encaminhamento.</p> <p>Após questionamento sobre o ofício dos pesquisadores com informação de que não participariam mais das reuniões/discussões de integração, o Sr. Roberto informou que na última reunião os pesquisadores já tinham voltado a participar. O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, lembrou que em dezembro houve a manifestação dos pesquisadores com posterior posicionamento da Fundação Renova e considerou que as tratativas com a FAPEMIG vem sendo superadas, tanto que no último seminário, todas as linhas de pesquisa participaram. Considerou ainda que esses problemas foram superados, com uma participação bem ativa e informou que não houve uma conversa específica com os pesquisadores, mas que a resposta dada pela Fundação Renova deu um alinhamento para a situação.</p>
<p><b>Encaminhamento 79.9:</b></p>	<p><b>A CT-Bio realizará uma primeira reunião de GT-Análise para alinhamento da estruturação dos trabalhos de análise. Dia 6/3 14h.</b></p>
<p><b>b. Esclarecimento sobre o andamento do PAI - Fundação Renova:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, fez breve contextualização informando que existem dois planos de ação em andamento. Há expectativas de concluir um terceiro plano de ação que tem em parte ações costeiro marinha e em parte a integração com o ambiente dulcícola, que já tem um plano de ação em curso. Informou que aconteceram duas oficinas com a tentativa de uma terceira oficina para andamento da integração.</p> <p>O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, informou que na semana anterior havia sido enviado um e-mail para todos que estavam presentes na reunião de dezembro, com uma proposta mais detalhada do que foi apresentado em dezembro. Relatou que a Fundação Renova ouviu as considerações que foram feitas naquelas reuniões e tentaram melhorar a proposta, alinhando melhor a questão de abrangência do território do PAI e como que se inserir o contexto do Corredor Ecológico Marinho do Rio Doce nessa proposta. Informou que o documento enviado é um recorte do que seria o PAI como um todo, para se discutir a estratégia com mais maturidade e explicou que a intenção é agendar uma reunião para nova discussão.</p> <p>O Sr. Gustavo Almada, representante do IBAMA, lembrou que foi apresentada proposta de abrangência do PAI para área marinha, como recorte do corredor ecológico e que essa proposta foi rechaçada pelos membros da CT-Bio e relatou surpresa ao receber uma proposta com o mesmo conceito que foi amplamente rechaçado na reunião com a Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Frederico relatou que pode investir em uma reunião setorial para essa discussão e considerou que ter uma limitação de abrangência de saída é equivocado porque podem haver ações que extrapolam o território específico. A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, lembrou que o encaminhamento na reunião, foi de nova apresentação poderia ser feita desde que as considerações apresentadas fossem levadas em conta e solicitou que a CT-Bio deixasse a Fundação Renova apresentar a proposta, o que eliminaria as falas anteriores dos membros da CT-Bio. O Sr. Leandro reforçou o pedido de chance para apresentação da proposta atualizada.</p> <p>A Sra. Laila explicou que na reunião de dezembro houve uma conversa onde foi falado que a proposta de priorização de áreas para atuação dos planos de ação seria utilizar o corredor,</p>

onde foram trazidos pela CT-Bio exemplos do PABA, aonde há ações prioritizadas nesta região e que, caso tenha características necessárias das ações que extrapolem essa área, a área será expandida. Solicitou flexibilidade na avaliação técnica da CT-Bio para garantir respeito à equipe da Fundação que trabalhou nisso há um tempo e que não está apresentando para vocês a mesma coisa que foi tratada em dezembro.

O Sr. João Carlos Thome, representante do ICMBio, considerou que falta de respeito é o que está acontecendo com a CT-Bio, visto que são 3 anos de discussão de um plano de ação que chegou em dezembro de uma forma completamente desvirtuada de tudo que foi sugerido até então. O Sr. Gustavo informou que não houve falta de respeito da CT-Bio e que houve uma análise técnica séria de todos os documentos e que identificou de fato que no conceito do corredor ecológico, como a área de abrangência espacial para as ações do PAI, havia uma ressalva na legenda de que eventuais ações poderiam extrapolar a área definida pelo corredor ecológico e explicou que, do ponto de vista técnico, isso não atendeu ao que foi ponderado na reunião que foi realizada em dezembro.

A Sra. Laila reforçou que o documento foi entregue na semana anterior, sem nenhuma intenção de que ele fosse discutido na reunião ordinária e relatou que o envio do documento detalhado era um encaminhamento da reunião e que ele levou em considerações as sugestões da CT-Bio. Considerou que a definição de uma área é para garantia da melhoria das condições ecológicas do ecossistema e que a área do corredor conversa com todos esses objetivos do PAI, que inclusive estão muito bem listados no documento. Explicou que foi levada em consideração a questão de que o corredor vai ser um limitador para essa área, devido às características de cada ação e solicitou a oportunidade da CT-Bio apreciar o documento com melhor detalhamento e à medida se sentirem confortáveis, seja realizada reunião de apresentação para esclarecer alguns pontos que ainda podem ter ficado na dúvida.

O Sr. Frederico considerou que o fórum principal de discussão é a reunião da CT-Bio e que naquele momento não é possível mais mudar a opinião um do outro. Considerou também que a ideia do corredor ecológico como abrangência é uma ideia ruim e que ela não é adequada, do seu ponto de vista. Explicou que o assunto pode ser debatido várias vezes mas que mesmo sem consenso, algumas questões precisam avançar de alguma forma e reforçou que a proposta de corredor ecológico nunca foi discutido e que para o caso do rompimento em Mariana/MG, existem outras propostas muito mais interessantes e cabíveis. Ponderou se faz sentido manter o PAI ou seria melhor investir em um plano costeiro marinho, considerando o tempo de discussão. Houve debate para definição de data para reunião.

**Encaminhamento 79.10:**

**A Fundação Renova agendará reunião para discussão sobre o PAI. Dia 05/3, às 14h.**

**c. Apresentação da Informação Técnica sobre potenciais impactos no sul da Bahia:**

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, fez breve contextualização sobre o tema e explicou que, quando se começaram os estudos dos impactos do rompimento, a área do estado da Bahia foi incluída e foi monitorada. Relatou que o órgão ambiental Bahiano participou, durante algum tempo, da CT-Bio e que algum tempo depois, houve solicitação de reconhecimento do sul da Bahia como região impactada para fins de indenização, o que foge do escopo da CT-Bio. Informou que o CIF acolheu a reivindicação e ordenou que a CT-Bio coordenasse um grupo de trabalho, com outras Câmaras Técnicas, para responder se o sul da Bahia é área atingida ou não e lembrou a definição de que toda CT se manifestaria sobre o tema. Explicou que, com o pedido de manifestação da CT-Bio sobre o tema, a Informação Técnica foi elaborada e apresentou detalhes da informação técnica e proferiu leitura das considerações finais. Após questionamento sobre envio do documento ao CIF, o Sr. Frederico explicou que o documento não entrará como pauta no CIF, mas que dará apenas subsídio ao CIF para tomada de decisão. Posteriormente, colocou a informação técnica sobre os potenciais impactos no sul da Bahia em votação. Houve discussão sobre local e datas das próximas reuniões da CT-Bio, sem nenhuma definição ou alteração.

<b>Aprovação:</b>	<b>A informação técnica sobre o potenciais impactos no sul da Bahia foi aprovada, com abstenção do estados de Minas Gerais e Espírito Santo.</b>
-------------------	--

Às 17 horas e 51 minutos, do dia 27 de fevereiro de 2024, o Sr. Frederico Martins, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

No dia 28 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e doze minutos, no Hotel San Diego localizado na Av. Álvares Cabral, 1181 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, 30170-001, teve início o segundo dia da 79ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade - CT-Bio.

**1. Cláusula 168:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Informe sobre a Oficina de áreas prioritárias para a conservação e restauração é da bacia do rio Doce:</b>	<p>O Sr. Eduardo Perini, coordenador suplente da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo a participação de todos.</p> <p>A Sra. Andreia Dias, representante da Fundação Renova, explicou que dentro dos planos de ação, tanto do aquático quanto do terrestre, há uma ação que é para elaborar um estudo de priorização de áreas para conservação da biodiversidade e que a Fundação Renova viabilizou a execução dessas ações através de uma parceria com a FBDS e o IIS. Relatou que em maio de 2023 houve uma reunião com os membros do GAT para validação da metodologia de priorização que seria utilizada e que após validação, em fevereiro foi feita uma oficina para apresentação dos resultados finais da priorização e validação do resultado final. Relatou ainda que durante a oficina, entendeu-se que o resultado foi aprovado pelos membros do GAT, porém com vários comentários de necessidade de ajustes e revisões e informou que as revisões sugeridas estão sendo feitas e que a previsão de entrega é para o final de março.</p> <p>A Sra. Letícia de Moraes, representante da Fundação Renova, informou que será feito contato com os GATs para definição de data para as devolutivas com o resultado dos ajustes feitos pela FBDS e IIS.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que houve participação do IEF, IBAMA e IEMA e que o evento foi interessante, com grandes questionamentos até que todos entendessem a proposta, com uma discussão muito boa. Parabenizou a equipe que organizou o evento e relatou que a equipe fica feliz em saber que já há previsão de uma próxima reunião para devolutiva. O Sr. Patrick Hemaidan, representante do IEMA, solicitou que assim que o trabalho foi finalizado, que ele seja apresentado na CT-Flor, visto que pode haver alguma sobreposição das áreas. Posteriormente, foi apresentado um mapa de priorização para exemplificação aos presentes com breve explicação de como é feita a análise. Houve ampla discussão sobre a possibilidade de realização dos próximos eventos no formato híbrido.</p>

**2. Cláusula 181:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Apresentação da proposta de estratégia de como executar os Planos de Ações das Unidades de Conservação:</b>	<p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, relembrou o <i>status</i> de evolução dos planos de ação e que são 3 planos para as 4 unidades que são citadas na cláusula e que para as demais unidades de conservação a previsão é que elas sejam atendidas pelas ações que estão sendo discutidas no plano de ação integrado. Em relação ao PERD, ela lembrou que o plano de ação foi entregue no dia 16/09/2022, e aprovado por uma nota técnica da CT-Bio e que a perspectiva é de dar início às atividades de atendimento aos planos de ação, à medida que eles são aprovados pela Câmara Técnica e recordou os itens da deliberação que precisam ser atendidos.</p>

Em relação ao plano de Comboios, ela lembrou que o plano foi aprovado na reunião do CIF de fevereiro, através da Deliberação CIF nº 724 e informou que a partir da aprovação, a Fundação Renova seguirá com as atividades de execução. Relatou que a NT traz uma perspectiva diferente para esse plano e que há intenção de apresentar uma proposta diferente do que foi feito para o PERD e lembrou algumas ações que já estão em andamento.

Em relação ao plano de ação da APA e do REVIS, informou que tinha uma oficina de revisão do programa e que foi cancelada devido a necessidade de ampliar as discussões sobre as ações de reparação, atrelado a um cenário de avanço técnico sobre a compreensão dos impactos e demais estudos que surgiram nessa região, principalmente, que está sendo discutido no plano de manejo de rejeitos do trecho 17. Explicou que há um impacto também da decorrência da discussão da Deliberação CIF nº 58, que propôs um incidente de divergências e que isso gerou a suspensão por parte da Fundação Renova de todas as ações e obrigações dentro dessa área que está sobreposta as áreas das unidades citadas e explicou que foi instaurada uma perícia para avaliação do impacto nessas áreas e até que se tenha resultados dessa perícia, não haverá grandes avanços sobre a entrega desse plano de ação.

A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, relatou que no seu entendimento a Fundação Renova apresentaria uma proposta mais completa e solicitou que a Renova apresente proposta de agenda o mais rápido possível e apresente uma proposta mais completa para o plano, para apresentação para a diretoria do IEF. Relatou que, no seu entendimento, as ações das unidades de conservação não integrariam mais o PAI e considerou que é importante que conste as obrigações das medidas reparatórias definidas em cada estudo específico e que essas medidas sejam contempladas e devidamente acompanhadas e medidas por esse instrumento, para evitar medidas descoladas do diagnóstico.

O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, lembrou que o juiz já deliberou que é o CIF quem define quais são as áreas que a Deliberação CIF nº 58 está em pleno andamento e questionou a fala da Fundação Renova sobre a indecisão com relação à deliberação e porque parou a elaboração do plano de ação por conta dessa deliberação.

A Sra. Laila informou que infelizmente o plano do PERD não avançou a contento, considerando que a equipe da biodiversidade é pequena e por isso é necessário dar algumas prioridades e que como esse caso, ainda está no prazo, não foi possível trazer uma proposta mas que a intenção é apresentar até o dia 22/03 uma proposta de composição do GAT e a apresentação do planejamento de execução das atividades no seu primeiro ano. Relatou que ouve com muita satisfação a fala de que é interessante pro IEF que seja apresentada uma forma inovadora de atendimento para essas obrigações, que pode utilizar das experiências adquiridas no REVIS e até mesmo com o PERD na transferência da obrigação de executar para obrigação de pagar e que é interessante poder utilizar novas estratégias para garantir a sustentabilidade realmente da unidade. Informou que a Fundação Renova procurará o IEF para atender o prazo existente e que espera conseguir atender todas as expectativas.

Sobre as ações de PAI, explicou que na reunião de dezembro houve a discussão para que o PAI não tenha um componente de unidade de conservação ou componente do PABA junto com as ações dulcícolas. Considerou que ainda não vê isso como viável, mas de qualquer modo, o PAI hoje ainda tem esse componente presente das unidades de conservação e explicou que o documento entregue e discutido sobre o PAI, se refere a utilização dos corredores e que isso não afeta o que está sendo discutido para as unidades de conservação, visto que elas têm um polígono da própria unidade e então a área de abrangência do plano já está definida e que a dificuldade de definição de área consensual é para as demais ações do ambiente costeiro e marinho. A Sra. Nilcemar reforçou que será necessário encontrar uma forma de medir a reparação e que isso seja apresentado na reunião com a Fundação Renova e IEF.

A Sra. Laila explicou que em decorrência da Deliberação CIF nº 58, houve a abertura de um incidente de divergência que está sendo discutido em âmbito judicial e ele discorre justamente sobre a área que está sendo trabalhada e informou que ele discorre sobre os impactos dessa área e que por isso existe um conflito em seguir com essas discussões em paralelo e reforçou que o avanço da entrega da versão final desse plano está paralisado até que se tenha uma resolução desse mérito em âmbito judicial e até no âmbito do CIF. Houve

	amplo debate, com a solicitação de que a Fundação Renova encaminhe a CT-Bio a decisão de paralização e a CT-Bio formalizará ao CIF sobre a paralização das atividades em decorrência ao processo judicial.
<b>Encaminhamento 79.11:</b>	<b>A Fundação Renova encaminhará à CT-Bio a comunicação feita ao MPF sobre a paralização das atividades.</b>
<b>Encaminhamento 79.12:</b>	<b>A CT-Bio oficializará ao CIF sobre a paralização das atividades em decorrência ao processo judicial.</b>
<b>b. Esclarecimentos sobre o andamento da Cláusula 181, referente às pendências da CT-Bio em relação aos grupos 6 e 1:</b>	<p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, informou que, referente ao grupo 1, o relatório foi protocolado no dia 15 de dezembro e que está pendente agora a aprovação do documento pela CT-Bio e que além do grupo 1, há também pendência do grupo 2 por parte da Fundação Renova. Informou que o relatório preliminar do grupo 6 foi entregue em 2022, com a realização da reunião devolutiva, e que está pendente a entrega final do grupo 6, por parte da Fundação Renova. Houve esclarecimentos sobre os atrasos e a CT-Bio solicitou que a Fundação Renova encaminhe formalmente o cronograma das UCs atualizado.</p> <p>Posteriormente, houve debate sobre as datas das próximas reuniões da CT-Bio, com definição por cancelamento da reunião de março e com o alinhamento de que a definição do local em Minas Gerias para próxima reunião ordinária da CT-Bio (em abril) será feita a depender da quantidade de pessoas que vierem de outros estados para a reunião.</p>
<b>Encaminhamento 79.13:</b>	<b>A Fundação Renova encaminhará formalmente para a CT-Bio o cronograma das UCs atualizado.</b>

Às 11 horas e 45 minutos, do dia 28 de fevereiro de 2024, o Sr. Eduardo Perini, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

**80º REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 23 de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte minutos, no Hotel Max Savassi localizado na R. Antônio de Albuquerque, 335 - Savassi, Belo Horizonte - MG, teve início a **80ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio - restrita**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

1. Informes Gerais:	
Pauta	Discussão
<p><b>a. Aprovação das atas da 78ª e 79ª Reunião Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, <b>iniciou a reunião restrita</b> dando boas-vindas, agradecendo a participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais por meio da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Benhur Igor Campos Brito (ASPERQD), Carolina Fonseca (ICMBio), Gustavo Almada (IBAMA), Halana Lage Silva (Prefeitura de Mariana), Janaina Aparecida Batista Aguiar (IEF), João Carlos Alciati Thome (ICMBio), Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Lorena Nascimento Leite Miranda (IEF), Marcos Martins (Comissão de atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Maria Regina Goncalves de Souza Soranna (ICMBio), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF) e Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa (IEF).</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou as atas das 78ª e 79ª Reuniões Ordinárias e da 3ª Reunião Extraordinária em votação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>As atas das 78ª e 79ª Reuniões Ordinárias e da 3ª Reunião Extraordinária da CT-Bio foram aprovadas sem objeção dos membros e serão publicadas no site do CIF/Ibama.</b></p>
<p><b>b. Repasse sobre a reunião de Apresentação Final de Identificação de Áreas Prioritárias Conservação e Restauração:</b></p>	<p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, informou que a reunião de apresentação Final de Identificação de Áreas Prioritárias Conservação e Restauração foi a continuação de uma oficina que aconteceu em fevereiro e esclareceu que grande parte das considerações feitas na oficina foram atendidas e que o documento será uma boa base para tomadas de decisões.</p> <p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, sugeriu que a FBDS e o IIS façam a apresentação da Identificação de Áreas Prioritárias na reunião ordinária da CT-Bio de maio. Informou também que a CT-Flor será convidada.</p>
<p><b>Encaminhamento 80.1:</b></p>	<p><b>A CT-Bio solicitará a FBDS e ao IIS, através da Fundação Renova, que a apresentação Final de Identificação de Áreas Prioritárias Conservação e Restauração seja feita na próxima RO, convidando a CT-Flor para participação na apresentação.</b></p>
<p><b>c. Apresentação da proposta de criação de nuvem para dados de acompanhamento da CT-Bio:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que há uma intenção do ICMBio em criar um <i>software</i> e uma organização do arquivo da CT-Bio que seja acessível visto que o SEI, que é utilizado atualmente, é limitado para acesso e pesquisas e informou que a Carolina Fonseca poderá ajudar no processo de criação que será de grande valia, não só para o ICMBio, mas para o Sistema CIF como um todo.</p> <p>O Sr. Gustavo Almada, representante do Ibama, questionou se foi feita a consulta ao setor de TI responsável pelo sistema sobre a viabilidade desse tipo de abordagem e alteração no SEI, visto que essa modificação pode ser levada aos demais órgãos que o utilizam. O Sr. Frederico informou que a ideia é consultar o TI quando a ideia estiver mais consolidada e que realizar uma tentativa em um recorte menor pode ser mais fácil. O Sr. Gustavo reforçou a importância de realizar a consulta ao setor de TI para garantir que a proposta será viável para não ter gasto de tempo em vão. O Sr. Frederico informou que é possível fazer uma consulta informal, visto que a proposta ainda está muito aberta e prematura.</p>

	<p>O Sr. Junio Augusto, representante do Ibama, sugeriu a criação de um grupo de trabalho para se basear no que é realmente possível de fazer para esse repositório. Posteriormente, houve criação do grupo de trabalho para apoio na criação do <i>software</i>.</p> <p>A Sra. Carolina Fonseca, representante do ICMBio, considerou que são vários os objetivos que serão delineados dentro do grupo de trabalho sendo o repositório dos documentos, a transparência para sociedade e uma análise de Inteligência Artificial (IA) sobre os documentos que forem sendo produzidos. Quanto ao SEI, informou que não foram tão ousados em tentar mexer na estrutura do SEI e que hoje ele é uma ferramenta que está posta e considerou que é possível pensar em inserções no SEI, alimentando o banco de dados.</p> <p>O Sr. José Márcio Lazarini, representante da Comissão de atingidos de Rio Doce, considerou que é de extrema importância a criação de um sistema acessível, visto que o site do CIF é complicado para localizar os documentos. O Sr. Frederico explicou que a intenção é, inicialmente, criar o sistema para a CT-Bio e, posteriormente, levar para as demais Câmaras Técnicas. O Sr. Frederico colocou a proposta de contratação de consultoria em aprovação. Aprovada sem objeção dos membros.</p> <p>A Sra. Juliana Valory, representante da SEAMA, lembrou que aconteceu em abril a reunião do grupo de trabalho sobre os pescadores de Vitória e que será realizada uma nova discussão no dia 7 de maio, juntamente com os pescadores da região, para apresentação da CT-Bio sobre os principais impactos identificados na região de Vitória e das demais Câmaras Técnicas. O Sr. Frederico lembrou que o PMBA não conseguiu relacionar ao rompimento os impactos identificados na região de Vitória visto que a área possui vários vetores de impactos. Sendo assim, o monitoramento foi inconclusivo para relacionar o rompimento com os impactos. A Sra. Liceliana de Souza, representante dos atingidos de Aracruz, lembrou que a última reunião do grupo de trabalho foi bem intensa e afirmou que a próxima será ainda mais devido a presença dos pescadores da região e solicitou cuidado da CT-Bio na forma como passará todas as informações.</p>
<p><b>Encaminhamento 80.2:</b></p>	<p><b>A CT-Bio fará uma consulta informal a respeito da possibilidade de adequação do sistema SEI. Houve criação de grupo de trabalho para discussão e alinhamento sobre a criação do sistema, sendo Carolina (ICMBio), Junio (Ibama), Eduardo (IEMA) e Roberto (IEF).</b></p>

**2. Aprovação da nota técnica do GT de análise das ações do baixo doce em resposta à Deliberação CIF nº 740/2023:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Discussão:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, relatou que um grupo de trabalho da CT-GRSA propôs uma série de ações para reparar e mitigar impactos do rompimento na região do baixo Doce e explicou que a CT-Bio, demandada pelo próprio CIF, fez uma análise de quais ações tem adesão aos temas acompanhados na CT.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, lembrou que foi feita uma reunião extraordinária da CT-Bio para discussão sobre as ações do baixo doce e sobre alguns planos de ações e informou que foi criado um grupo de trabalho da CT-Bio para alinhamento e elaboração da NT. Posteriormente, apresentou as cláusulas que são potencialmente receptoras das ações e detalhou as ações analisadas e o encaminhamento dado para cada uma e apresentou também detalhes da minuta de deliberação que será apresentada no CIF.</p> <p>O Sr. Frederico Martins colocou a nota técnica do GT de análise das ações do baixo doce em resposta à Deliberação CIF nº 740/2023 em aprovação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A nota técnica do GT de análise das ações do baixo doce em resposta à Deliberação CIF nº 740/2023 foi aprovada sem objeção dos membros.</b></p>

**3. Cláusula 165:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Aprovação de nota técnica de análise dos estudos do PMBA mineiro (FAPEMIG):</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que foi apresentada ao CIF uma versão inicial da NT para garantir a pauta e que será necessário verificar se as alterações foram grandes e se será necessário retirar a pauta.</p> <p>O Sr. Leandro Guimarães, representante do IEF, apresentou detalhes das modificações feitas no texto da NT. Após alinhamento dos pontos modificados, houve discussão e consenso de que a NT deveria ser retirada de pauta e novamente discutida dentro do grupo de trabalho.</p>
<b>Encaminhamento 80.3:</b>	<b>A CT-Bio fará nova revisão da NT e enviará a pauta para a reunião do CIF de junho/24. A NT será retirada de pauta do CIF de maio.</b>
<b>Encaminhamento 80.4:</b>	<b>A CT-Bio agendará reunião setorial para discussão e alinhamento da NT proposta.</b>

**4. Retorno dos estados de MG e ES sobre o posicionamento a respeito do PAI:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Discussão:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que depois de um longo tempo, a Fundação Renova apresentou uma proposta para o Plano de Ação Integrado e que há nele uma grande polêmica em relação a área de abrangência, visto que a Fundação Renova trouxe a ideia de usar como área a bacia do rio Doce mais um corredor ecológico marinho, o que gerou discordância, principalmente da União. Relatou que há uma proposta da União em repensar no conceito de Plano de Ação Integrado o tornando em um Plano de Ação Costeiro-Marinho, mantendo os demais planos de ação terrestre e aquático.</p> <p>A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, informou que houve uma conversa prévia com as equipes do IEF que acompanham a CT-Bio e que o primeiro entendimento que o sistema de governança de um PAI é muito pesado, o que traria muitas dificuldades e por isso se vê que o plano está se arrastando e considerou que esse é um elemento que ajuda o IEF a apoiar a divisão entre a parte continental e a costeiro-marinho quanto às estratégias. Considerou que se essa decisão for sair em NT, seria interessante duas notas, uma separando a parte costeiro-marinho visando as estratégias de agilidade para o plano, com a área continental visando as ações do PABA e PABT, criando estratégias para as UCs e outra NT sobre questões territoriais. Solicitou que as estratégias para as UCs não fiquem de responsabilidade do IEF, visto que é obrigação da Fundação Renova em fazer essa articulação.</p> <p>A Sra. Juliana Valory, representante da SEAMA, corroborou com a proposta apresentada pelo IEF e quanto a área de abrangência e pelas UCs serem federais, que a União tome a decisão sobre o posicionamento. O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, reforçou que será feita uma NT que vai sugerir o desmembramento do PAI para Costeiro e Marinho e com estratégias para as UCs, sem abordar a questão territorial que será trazida em outra NT em sequência.</p> <p>A Sra. Nilcemar Bejar sugeriu que a CT-Bio consulte ao IAJ quanto às questões territoriais. O Sr. Frederico Martins considerou que a consulta será uma boa alternativa e informou que ela será feita no momento de elaboração da segunda NT.</p>
<b>Encaminhamento 80.5:</b>	<b>A CT-Bio elaborará duas NTs, uma de crítica ao PAI com a distinção e foco nos ambientes costeiros e marinhos e uma outra de discussão da abrangência territorial.</b>
<b>Encaminhamento 80.6:</b>	<b>A NT preliminar sobre o PAI será apresentada na próxima reunião ordinária.</b>

**5. Alinhamento referente ao escopo do novo PMBA:**

Pauta	Discussão
<b>a. Discussão:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, lembrou que vem se arrastando a questão da mudança do PMBA pós TR4 e que em novembro houve a definição de premissas em consenso com a Fundação Renova, que fez a proposta de plano executivo que passou por observações da CT-Bio e informou que após longos alinhamentos, a CT-Bio solicitou novo documento e que recebeu em resposta um ofício bastante confuso da Fundação Renova que precisa ser respondido.</p> <p>A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, considerou o ofício confuso e sugeriu que fossem solicitados esclarecimentos da Fundação Renova durante a reunião aberta. O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, questionou se a “janela de revisão” será a revisão do próximo ano e solicitou questionamento diretamente a Fundação.</p> <p>O Sr. Frederico Martins considerou que será necessário revisar mais uma vez o documento de escopo entregue pela Fundação Renova e que é preciso responder o ofício pontuando o que foi feito também pela CT-Bio. Houve definição de encaminhamento.</p>
<b>Encaminhamento 80.7:</b>	<b>A CT-Bio elaborará um ofício em resposta ao ofício FR.2024.1008- Revisão escopo Nova Fase, apontando as divergências, questionando a janela de análise e questionando qual seria o compromisso possível da CT-Bio. Paralelamente, seguirá com análise da nova proposta de escopo do monitoramento.</b>

**6. Alinhamento sobre o encaminhamento quanto ao documento entregue pela FEST:**

Pauta	Discussão
<b>a. Discussão:</b>	<p>A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, informou que a CT-Bio recebeu da FEST a resposta dos pontos de análise da NT do PMBA e que chegou agora um novo documento mais detalhado que não muda a decisão da CT-Bio. Esclareceu que há um pedido de retirada da notificação, mas que a discussão já foi feita no CIF e sugeriu que seja enviado ofício informando que o tema já foi tratado e vencido no CIF e que a CT-Bio aguardará o próximo documento nos moldes definidos.</p>
<b>Encaminhamento 80.8:</b>	<b>A CT-Bio elaborará ofício informando que o tema já foi tratado e vencido no CIF e que a CT-Bio aguardará o próximo documento nos moldes definidos.</b>

Aos dias 23 de abril de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, no Hotel Max Savassi localizado na R. Antônio de Albuquerque, 335 - Savassi, Belo Horizonte - MG, teve início a **80ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio – aberta.**

**7. Repasse da parte da manhã da 80ª RO:**

Pauta	Discussão
<b>a. Discussão:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, <b>iniciou a reunião aberta</b> dando boas-vindas, agradecendo a participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Andressa Gatti (Fundação Renova), Andreza Malini Gonçalves (Fundação Renova), Cataryna Morais (EY), Cristiano Macedo Pereira (Fundação Renova), Frederico Silva Brasileiro Do Valle (IBAMA), Giovana Cazassa (ATI/Centro Agroecológico Tamanduá - Território 05), Glauber Thiago Martins Barino (Fundação Renova),</p>

Gustavo Almada (Ibama), Jamily Gusso Conte (Fundação Renova), José Carlos Carvalho (Fundação Renova), Leticia De Moraes (Fundação Renova), e Marco Nonaka (EY).

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, repassou os pontos discutidos na reunião restrita e os respectivos encaminhamentos. Sobre o item 1.b, reforçou o pedido de apresentação final de Identificação de Áreas Prioritárias Conservação e Restauração seja feita na próxima reunião ordinária e solicitou que a Fundação Renova articule com a FBDS e com o IIS. Houve concordância por parte da Fundação Renova.

O Sr. Frederico informou que a nota técnica do GT de análise das ações do baixo Doce em resposta à Deliberação CIF nº 740/2023 (item 2.a) foi aprovada como está no material de apoio. A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, questionou como será o fluxo para embutir as ações nos planos de ação, visto que há questões importantes a serem analisadas, como por exemplo a área de abrangência do PABT. O Sr. Frederico explicou que o GT-Baixo Rio Doce se reuniu e propôs uma série de ações para região do baixo Doce pensando no processo de reparação e mitigação dos impactos, o que foi apresentado ao CIF, que por sua vez delegou que a CT-Bio analisasse as ações. Relatou que a CT-Bio analisou as ações sem entrar em nenhum mérito da pertinência ou da qualidade da ação, com total respeito do GT e informou que foi feita uma avaliação do que tem aderência a algum programa, cláusula, plano de ação da CT-Bio e o que não tem, o que está descrito na NT. Informou ainda que a intenção é apresentar aos GATs as ações que foram identificadas com aderência, para que eles assimilem e avaliem a aderência, a partir do entendimento da CT-Bio e considerou que será necessário esperar a manifestação dos GATs e a partir do posicionamento do grupo, serão pensados os próximos passos.

O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, relatou preocupação em fazer essa avaliação dentro dos GATs visto que a Nota Técnica nº 10/2023 que traz as listas das ações que foram inspiradas nas ações dos planos que já existem, e que não é possível ter acesso as justificativas técnicas para as ações. Exemplificou dizendo que se o PABA incorporar essas ações, seria para além da área de abrangência que é do PABA, o que fugiria do escopo do plano de trabalho construído e questionou como o GAT faria essa avaliação. O Sr. Eduardo Perini lembrou que a Fundação Renova foi convidada a participar do laboratório que definiu as ações e não compareceu. O Sr. Frederico considerou que é necessário aguardar análise e manifestação do GAT. A Sra. Leticia de Moraes externalizou preocupação com a incorporação de ações no que se refere à gestão do Plano, devido à complexidade que pode ser gerada por meio do aumento de área de abrangência e da inclusão de ações que não foram criadas no âmbito do GAT, o que poderá trazer risco ao processo e impedir o sucesso do Plano de Ação. Houve amplo debate sobre como as ações seriam recebidas pelos planos de ação, onde a Fundação Renova reforçou as preocupações com o fluxo e possíveis dificuldades que esse processo terá.

O Sr. Frederico considerou que não seria possível discutir no momento os passos de todas as ações e que é necessário levar tudo isso aos GATs para posteriormente pensar no método e reforçou que a CT-Bio está agindo a pedido do CIF. Sugeriu encaminhamento de realização de reunião bilateral para discussão do método de incorporação das ações nos planos de ação.

Posteriormente, o Sr. Frederico continuou o repasse dos demais pontos da reunião interna, informando as decisões tomadas inicialmente pela CT-Bio em relação ao PAI - item 4, descrito acima e esclareceu que será feita uma NT que vai sugerir o desmembramento do PAI para Costeiro e Marinho com estratégias para as UCs, sem abordar a questão territorial que será trazida em outra NT em sequência. O Sr. Leandro Fernandes informou que a Fundação Renova aguardará as NTs para realização dos ajustes necessários e lembrou que todos os planos de ação têm planos de trabalho aprovados pela CT-Bio e que se esse for mesmo o caminho, será necessário rever alguns processos.

O Sr. Frederico apresentou discussão interna feita sobre o novo escopo do PMBA e relatou incômodo dos membros na insistência da Fundação Renova em chamar alguns pontos de

	<p>dissensos, mesmo os pontos que já foram superados e informou que a CT-Bio responderá o ofício listando quais são dos dissensos a serem discutidos na próxima janela. Questionou o que seria a “próxima janela” e como a CT-Bio daria prioridade ao “compromisso” citado no ofício. A Sra. Juliana Lima considerou que a CT-Bio e a Fundação Renova cederam em algum momento de criação do documento e relatou que achou pertinente deixar claro a parte que a Fundação Renova cedeu, visto que isso está em um processo judicial e em relação ao compromisso, ela informou que seria para registro, caso seja necessário resgatar o processo daqui um tempo. O Sr. Frederico reforçou que a CT-Bio elaborará um ofício em resposta ao ofício FR.2024.1008 - Revisão escopo Nova Fase, apontando as divergências, questionando a janela de análise e questionando qual seria o compromisso possível da CT-Bio. Paralelamente, seguirá com análise da nova proposta de escopo do monitoramento. Ficou alinhado que os pontos que constarem do ofício de devolutiva à Fundação Renova, fará parte da próxima janela de revisão e que enquanto não se fecha o escopo, o monitoramento atual continua como está e o período seco deverá ser monitorado pela Fundação Renova.</p> <p>Finalizando, o Sr. Frederico repassou o último ponto da reunião interna em relação ao alinhamento sobre o encaminhamento quanto ao documento entregue pela FEST, apresentando o histórico desde o último CIF. Informou que após essa reunião chegou agora um novo documento mais detalhado que não muda a decisão da CT-Bio esclareceu que há um pedido de retirada da notificação, mas que a discussão já foi feita no CIF e está superado. Relatou que a CT-Bio enviará ofício informando que o tema já foi tratado e vencido no CIF e que a CT-Bio aguardará o próximo documento nos moldes definidos.</p>
<p><b>Encaminhamento 80.9:</b></p>	<p><b>A CT-Bio e a Fundação Renova realizarão reunião bilateral para discussão do método de incorporação das ações nos planos de ação.</b></p>

<p><b>8. Cláusula 167:</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p>a. <b>Informe sobre o andamento dos CETRAS:</b></p>	<p>O Sr. Sérgio Augusto, representante do IBAMA, lembrou que na última reunião ordinária houve o encaminhamento de que o IBAMA apresentasse detalhes de um plano de trabalho para que o recurso possa ser melhor organizado. O Frederico Silva Brasileiro Do Valle, representante do IBAMA, apresentou detalhes do projeto “Reabilita Rede CETAS”, descrevendo o histórico recente, o saldo disponível para o projeto, a divisão dos grupos de reestruturação, sendo o grupo 1 o CETAS/MG e CETAS/ES e grupo 2 que teria projetos de reforma para 18 CETAS localizados em diferentes regiões do Brasil, detalhou as justificativas técnicas, o resultado esperado, além de dados relevantes de resgates e reabilitações de anos anteriores. Houve esclarecimentos de algumas dúvidas e a apresentação está disponível para consulta de eventuais interessados.</p> <p>A Sra. Juliana Lima, representante do Fundação Renova, relatou que a relevância da emissão de um documento (plano de trabalho) pelo IBAMA, contendo todas as ações a serem executadas com o recurso a ser repassado, até mesmo para um futuro acompanhamento da execução. É uma garantia de que o recurso será direcionado conforme a necessidade do IBAMA. Isto inclusive é uma orientação do conselho Curador, garantir que esse projeto seja realizado. O Sr. Sérgio Augusto parabenizou as equipes envolvidas e o esforço de todas as partes para que o projeto se desenvolva e parabenizou o trabalho da CT-Bio, que é um grande exemplo.</p>

<p><b>9. Cláusula 181/182:</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>

<p><b>a. Apresentação do relatório de acompanhamento do PG-39 – EY:</b></p>	<p>A Sra. Cataryna Morais, representante da EY, apresentou detalhes dos resultados do 4º ciclo de acompanhamento do programa de Consolidação de Unidades de Conservação, descrevendo a contextualização, o sumário, os procedimentos realizados e os resultados obtidos. Houve esclarecimentos de algumas dúvidas e a apresentação está disponível para consulta de eventuais interessados. Foi informado que quando há recorrência em alguma falta de atendimento, a Fundação Renova propõe um plano de ação para solucionar e o Sr. Frederico explicou que não cabe a EY a penalidade mas que se essa recorrência for apontada nos relatórios, a própria CT-Bio poderá solicitar penalidade pelo Sistema CIF.</p> <p>Houve também alguns esclarecimentos do sumário. A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, explicou que estão pendentes a análise dos grupos 1 e 2 de avaliação de impacto final, devido a falta de técnicos para análise e considerou que a contratação de um consultor via Flasco ajudaria muito o processo.</p> <p>O Sr. Frederico sugeriu que fosse realizada Reunião Setorial para ver estratégia para as unidades de conservação que estão localizadas em MG. Houve concordância dos representantes do IEF. A Fundação Renova fez entrega do livro elaborado em atendimento às ações do PG-30 e a CT-Bio solicitou apresentação do livro por parte da Bicho do Mato, em nome do Diogo.</p>
<p><b>Encaminhamento 80.10:</b></p>	<p><b>A CT-Bio realizará Reunião Setorial para ver estratégia para as unidades de conservação que estão localizadas em MG.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 80.11:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova solicitará a Bicho da Mata que faça apresentação do livro na CT-Bio.</b></p>

Às 17 horas e 51 minutos, do dia 23 de abril de 2024, o Sr. Frederico Drumond, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

**82º REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 18 de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte minutos, no Hotel Ramada Airport Lagoa Santa - Av. Acadêmico Nilo Figueiredo, Nº 2.049 - Joana Darc, Lagoa Santa - MG, teve início a **82ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio - restrita**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

**1. Informes Gerais:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p><b>a. Aprovação da ata da 81ª Reunião Ordinária:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, <b>iniciou a reunião restrita</b> dando boas-vindas agradecendo a participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais por meio da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Janaina Aparecida Batista Aguiar (IEF), João Carlos Alciati Thome (ICMBio), Mariana Dimendeo (ICMBIO), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF), Patrick Heimadan (IEMA), Thais de Faria e Sousa Lopes Trindade (IEF) e Thais Volpi (SEAMA).</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou a ata da 81ª Reunião Ordinária em votação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A ata da 81ª Reunião Ordinária da CT-Bio foi aprovada sem objeção dos membros e será publicada no site do CIF/Ibama.</b></p>
<p><b>b. Informe sobre as Reuniões realizadas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Intercâmaras sobre o Painel de Especialistas;</li> <li>- Monitoria (ano 2) do GAT-PABA;</li> <li>- Setorial sobre estratégias para as ações do baixo Doce;</li> </ul>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que a RO agendada para julho não será uma reunião ordinária, será mantida as datas de 09 e 10 de julho em Lagoa Santa/MG para a reunião sobre as unidades de conservação, iniciando a reunião com apresentação da Fundação Renova informando sobre todos os processos das Unidades de Conservação, cronograma das entregas dos relatórios de análise de impactos e propostas para os planos de ação.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que o Painel de Especialistas chegou para a CT-Bio em novembro de 2023 como um documento aparentemente sem contexto. Alguns técnicos analisaram o documento e realizaram considerações a respeito. Posteriormente, surgiu a necessidade de apresentar o referido documento às outras Câmaras Técnicas. O Sr. João Carlos Alciati Thomé, representante da ICMBIO, complementou que a origem do conhecimento do documento foi de uma análise da SEAMA/ES sobre as auditorias da EY, no qual apareceu um contrato denominado “Painel de Especialistas”. O Sr. Eduardo Perini informou que para a elaboração deste documento não foi realizada nenhuma coleta com dados primários, foram utilizados dados secundários fornecidos pela Fundação Renova. Esclareceu que este documento foi elaborado para subsidiar o retorno da atividade pesqueira e informou que o PMBA foi pouco utilizado na sua elaboração. Citou que o contrato com os pesquisadores encerrou e, a princípio, não haverá nova análise, cabendo as câmaras técnicas realizarem questionamentos à Fundação Renova. O Sr. João Carlos Alciati Thomé, acrescentou que a origem do documento, desconhecido pela CT-BIO, é executado no âmbito da CT-EI para atender ao PG 16. Nesse contexto, a Fundação Renova contratou um grupo e forneceu dados dos quais não são os mais importantes e estão muito defasados. A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, ressaltou a importância do convite aos professores da UFES, os quais participaram de debates e esclareceram diversos dados.</p> <p>O Sr. Roberto Souza, representante do IEF, informou que a reunião do GAT-PABA ocorreu no mesmo dia da reunião intercâmaras, o que dificultou o acompanhamento. Inteiro que o GAT está com um número reduzido de participantes ativos. Citou que, sobre a questão de prazos, não foi relacionado a mudança de ação, mas sim de alteração de prazos, a Fundação Renova justificou o motivo da alteração de prazos, expandindo alguns prazos até por um ano. A Sra. Larissa Simões expôs a dificuldade do pequeno grupo de participantes em confrontar os prazos</p>

	<p>estipulados pela Fundação Renova e destacou que são várias mudanças realizadas nos prazos. O Sr. Frederico Martins sugeriu que no relatório fosse exposto todas as alterações quanto aos prazos, orientou que nos planos de ação essas alterações de data são comuns, mas é preciso acompanhar a duração do plano e avaliar se há alguma ação comprometida. O Sr. Eduardo Perini questionou se nos planos de ação nacionais, quando há proposta de alteração por algum membro, é posto em votação, pois diante das colocações feitas nas reuniões, não há uma discussão e acredita ser as reuniões virtuais um fator negativo. O Sr. Hermes Daros, representante do IEMA, relatou que seria interessante as monitorias voltarem a serem feitas presencialmente possibilitando uma maior imersão dos participantes e consequentemente maior qualidade e assertividade das decisões tomadas, e relatou ainda que anteriormente as monitorias eram mais técnicas e com um número maior de participantes. O Sr. João Carlos Alciati Thomé esclareceu que os órgãos públicos estão acostumados a utilizar da ferramenta dos planos de ação, onde é feito o planejamento sabendo que não se terá os subsídios necessários. O Sr. Frederico Martins, sugeriu que fosse realizada uma reunião com o ICMBIO para um debate.</p> <p>O Sr. Frederico Martins informou que a reunião setorial sobre estratégias para as ações do baixo doce será realizada no dia 19 de junho de 2024.</p>
<b>Encaminhamento 82.1:</b>	<b>A CT-Bio realizará nos dias 09 e 10 de julho de 2024 em Lagoa Santa/MG a reunião para discutir sobre as Unidades de Conservação e nos dias 07 e 08/08 em Vitória/ES a próxima Reunião Ordinária da CT-Bio.</b>
<b>Encaminhamento 82.2:</b>	<b>A CT-Bio irá solicitar a CT-EI a condução da Nota Técnica Intercâmaras sobre o Painel de Especialistas.</b>
<b>Encaminhamento 82.3:</b>	<b>A CT-Bio irá solicitar uma reunião com o ICMBIO para esclarecimentos a respeito da execução de Planos de Ação.</b>
<b>Encaminhamento 82.4:</b>	<b>A CT- Bio irá revisar os participantes nos GATs. Solicitar a realização da próxima monitoria do GAT-PABA presencialmente.</b>
<b>c. Informe sobre a reunião do CIF, dia 27 e 28 em Governador Valadares.</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que irá participar da reunião do CIF junto ao Sr. Leandro Guimarães, representante do IEF/MG. Comunicou ainda que pretende visitar o Parque Estadual do Rio Doce. Citou os pontos de pauta da CT-Bio que serão apresentados no CIF, que são a avaliação dos relatórios da cláusula nº 165 PMBA mineiro, executados pela FAPEMIG e o novo escopo do PMBA.

## 2. Cláusula 168.

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Extra Pauta</b>	O Sr. Sergio Augusto Domingues, vice-presidente do CIF, saudou os participantes e relatou sobre a reunião entre os coordenadores das Câmaras Técnicas com a SECEX CIF, na qual foi proposto uma maior integração entre as câmaras. Propôs que alguns relatórios, diagnósticos, documentos produzidos pela CT-Bio sejam apreciados por outras Câmaras Técnicas, para auxiliar na tomada de decisão. Solicitou que os membros fizessem uma avaliação de realizar alguns encontros para tratar dessas transversalidades, integrações de avaliações conjuntas. Concomitante à fala anterior, citou que estamos em um momento importante na Fundação Renova, que é a revisão dos programas. Informou que solicitou a Fundação Renova o <i>status</i> de todos os programas, e qual é o andamento desses programas, informou que recebeu esse documento e irá enviar para as câmaras técnicas. Para verificar a informação contida no relatório enviado pela Fundação Renova, leu-se os Programas 28, 29 e 30, que estão coerentes com a situação dos referidos programas. Eduardo Perini, representante do IEMA, sugeriu que o relatório de <i>status</i> dos programas seja enviado a EY para considerações. O Sr. Sergio Augusto Domingues complementou que o relatório é importante também para que as Câmaras

	Técnicas conheçam outros programas das outras Câmaras Técnicas. Enfatizou que existem situações de cumprimento das cláusulas ou programas que falta pouco para o entendimento, é necessário que se acreditem no diálogo com a Fundação Renova, permitindo que o fluxo transcorra normalmente. Incumbiu às Câmaras Técnicas de enfatizar com mais clareza as informações à Fundação Renova.
--	--

<b>3. Cláusula 165:</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Ofício de esclarecimentos sobre as análises do PMBA:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, apresentou o ofício e citou as argumentações contidas. Juliano Barbirato, representante do IEMA, sugeriu que a equipe técnica da CT-Bio faça vistorias nos laboratórios acreditados pela Fundação Renova e na FURG.
<b>Aprovação:</b>	<b>O referido ofício foi aprovado.</b>
<b>Encaminhamento 82.5:</b>	<b>A CT-Bio irá encaminhar técnicos para realizarem vistorias nos laboratórios acreditados pela Fundação Renova e na FURG.</b>
<b>b. b. Premissas para o seminário de 5 anos de monitoramento do PMBA/FEST:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, apresentou a minuta do ofício que será enviado a FEST e a Fundação Renova. Relatou que o entendimento é que esse será o quinto seminário e possivelmente o fechamento de um ciclo. Explicou que o objetivo do ofício é solicitar a FEST que apresente uma proposta de seminário com cronograma e estrutura. O Sr. João Carlos Alciati Thomé, mencionou que a CT-Bio recebeu um ofício da FEST solicitando que as propostas de ações de reparação sejam encaminhadas após o seminário.
<b>Aprovação:</b>	<b>O ofício foi aprovado.</b>

Aos dias 18 de junho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, no Hotel Ramada Airport Lagoa Santa - Av. Acadêmico Nilo Figueiredo, Nº 2.049 - Joana Darc, Lagoa Santa - MG, teve início a 82ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio - aberta.

<b>1. Cláusula 168.</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Apresentação da análise dos relatórios da 3ª e 4ª Campanhas do PMBT - Alexandre Grose (Consultor FLACSO);</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, <b>iniciou a reunião aberta</b> dando boas-vindas, agradecendo a participação dos presentes.  Informou que por problemas técnicos o ponto de pauta com a Apresentação da análise dos relatórios da 3ª e 4ª Campanhas do PMBT não pôde ser apresentado no período da manhã. O Sr. Alexandre Grose, consultor contratado pela Flacso, apresentou a consultoria em monitoramento da biodiversidade com o objetivo da contratação de serviços técnicos para auxiliar nas atividades do CIF e das Câmaras Técnicas em questões específicas à fiscalização, ao monitoramento e ao acompanhamento dos programas ambientais. Exibiu a metodologia aplicada e as considerações acerca dos relatórios. Apontou nas considerações gerais uma evolução da apresentação dos resultados. Expôs a tabela com o histórico das campanhas 1, 2, 3 e 4 do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Terrestre e uma tabela com os temas, perguntas específicas, grupos e os indicadores. Exibiu os maiores avanços/desafios pontuando que a maioria dos grupos estudados, os resultados não apresentam diferença significativa entre áreas afetadas e não afetadas. Apresentou algumas perguntas que já tem avanço. Em análises estatísticas informou que de maneira geral, o uso de ferramentas e análises

estatísticas tem sido bem empregado, incluindo abordagens novas, também as tradicionalmente utilizadas. Como avanços, elencou a redução da concentração de metais nas análises de solo, redução, entre anos, da concentração de metais em plantas, o aumento da abundância de algumas espécies e evidências de avanços dos estágios de sucessão em áreas de restauro. No que se refere as expectativas, ponderou que se espera a continuidade do monitoramento, o que deverá contribuir com a robustez dos dados, corroborando ou não com as hipóteses levantadas e citou que em algum momento, há de fazer uma avaliação sobre quais monitoramentos devem continuar. Por fim, avaliou no último relatório, uma melhor apresentação do relatório do programa de monitoramento, pois informações foram inseridas facilitando o entendimento, assim como a construção e cronologia do processo de construção do respectivo programa. Finalizou informando que se houvesse uma visita *in loco* facilitaria a interpretação dos dados.

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, questionou se houve um avanço do primeiro relatório para o segundo. O Sr. Alexandre Grose, confirmou que houve um avanço. O Sr. Frederico Martins, sugeriu três possibilidades para otimizar o programa, uma sugestão seria que se aprofundarem mais nos estudos dos grupos que tiverem dando mais respostas. Outra alternativa seria relacionar alguns dados com outros dados de outras fontes, citou como exemplo o estudo das florestas ripárias da FAPEMIG. E a terceira sugestão seria indicar medidas reparatórias que estão em curso. Alexandre Grose, relatou que a seleção de grupo é o caminho, porém, exploraria a quinta e sexta campanha e quem em algum momento será importante focar nos dados que apresentam mais resultados. No que se refere a tipologia, a dificuldade é ficar comparando essas áreas, mas julgou importante. Com relação aos indicadores específicos, relatou que concorda que se deve seguir nessa linha.

O Sr. Junior Augusto, representante do IBAMA/MG, perguntou se as áreas de amostragem foram relevantes para terem essa abordagem. Alexandre Grose, esclareceu que esse é um questionamento que faz, utilizando as áreas de referência, pois este era o princípio a utilização de uma área de referência boa e iria acompanhar a condição da área afetada para chegar na área referência, porém, os dados estão mostrando que a área referência está muito parecida com a área afetada. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, parabenizou a apresentação, e informou que a Nota Técnica está sendo finalizada e as percepções e análises estão convergentes com o exposto na apresentação. O Sr. Hermes Daros, representante do IEMA, complementou que o produto melhorou consistentemente, nota-se que já há informações citadas na análise realizada pela CT-Bio e houve informações que foram apresentadas que serão complementadas na análise. A Sra. Janaina Aparecida Aguiar, representante do IEF/MG, considerou que o relatório apresentado está aprovado, devendo seguir o fluxo para dar continuidade ao processo. A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, perguntou se as análises serão apresentadas no *Workshop* que será realizado em agosto de 2024. O Sr. Hermes Daros, pontuou que esse é o objetivo dos técnicos, levar esse estudo para apresentar no *Workshop*.

## 2. Repasse da parte da manhã da 82ª RO:

Pauta	Discussão
a. <b>Discussão:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou fazendo a rodada de apresentações. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Benhur Igor Brito (ATI ADAI Degredo), Cristiano Macedo Pereira (Fundação Renova), Daniela Bertulane (Fundação Renova), Janaina Aparecida Aguiar (IEF/MG), Leticia De Moraes (Fundação Renova), Mariana de Mendonça (Fundação Renova), Patrick Heimadam (IEMA/ES), Thais Volpi (SEAMA/ES) e Tuana Morena (IEF/MG).

	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que a reunião de amanhã será para avaliar e elaborar estratégias para inserir as ações apresentadas no Laboratório do Baixo Doce nos Planos de Ação da CT-BIO.</p> <p>O Sr. Frederico informou que a ata da 81ª RO foi aprovada e inteirou sobre o ponto extra pauta que foi a organização das próximas ROs, sendo a próxima nos dias 09 e 10 de julho em Lagoa Santa/MG, exclusiva para tratar das Unidades de Conservação e a subsequente em 06 e 07 de agosto em Vitória/ES. Solicitou a Fundação Renova um repasse acerca das Unidades de Conservação.</p> <p>O Sr. Frederico comunicou sobre o informe do Painel dos especialistas e a preocupação pela não continuidade. Relatou que a CT-EI, junto as outras CTs envolvidas no tema, vão emitir uma Nota Técnica a respeito do Painel de especialistas. Informou da discussão do GAT-PABA, destacando suas dificuldades.</p> <p>O Sr. Frederico disse que irá participar da Reunião do CIF em Governador Valadares juntamente com o Sr. Leandro Guimarães (representante do IEF) e informou sobre os pontos de pauta da CT-Bio que serão apresentados no CIF, são eles: a avaliação do relatório da cláusula nº 165 PMBA mineiro, executado pela FAPEMIG e o novo escopo do PMBA.</p> <p>O Sr. Frederico citou os relatórios da FAPEMIG, apontou que o modelo do relatório não atende a CT-Bio. A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, afirmou que a FAPEMIG não ficou sem recurso e citou a morosidade da FAPEMIG em realizar a prestação de contas.</p> <p>O Sr. Frederico mencionou os ofícios que serão encaminhados, sendo um referente aos questionamentos acerca dos laboratórios acreditados. E o outro acerca do seminário da FEST/PMBA, com sugestão de não ser realizado em apenas um dia, sendo mais denso.</p>
<b>Encaminhamento 82.6:</b>	<b>A CT-Bio, a Fundação Renova e a FAPEMIG realizarão reunião no dia 25 de junho às 15h para discussão do fluxo das tratativas da FAPEMIG.</b>

<b>3. Cláusula 167:</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p>a. <b>Informe sobre o andamento dos CETRAS:</b></p>	<p>O Sr. Sérgio Augusto, representante do IBAMA, lembrou que na última Reunião Ordinária houve a apresentação do Sr. Frederico Silva Brasileiro Do Valle, faltando acrescentar um cronograma para que o repasse que a Fundação Renova irá fazer ao FUNBIO, para que a FUNBIO possa compreender melhor o tamanho do trabalho a ser desenvolvido. Reiterou que são CETAS/MG e CETAS/ES. Relatou que a prioridade são para os CETAS que já possuem projetos, aqueles que demandam urgência e posteriormente para os que não possuem projetos. Atualizou que a DBFLOR está atualizando o cronograma. Citou que o IBAMA entrega para a Fundação Renova o programa de trabalho com o cronograma e a Fundação Renova desenvolverá um acordo de cooperação técnica entre a Fundação Renova e FUNBIO e o IBAMA também fará um acordo de cooperação IBAMA e FUNBIO. Esclareceu que as reuniões com a Fundação Renova continuam ocorrendo quinzenalmente para irem avançando.</p> <p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, perguntou se os acordos de cooperação já estão assinados. O Sr. Sérgio Augusto, esclareceu que não estão assinados e somente poderão ser assinados quando o plano de trabalho estiver pronto. A Sra. Juliana Lima, representante do Fundação Renova, relatou que já se tem um modelo do acordo do IBAMA, que está sendo avaliado, pois já se tinham uma minuta encaminhada e a previsão é de apresentá-lo na próxima reunião quinzenal. O Sr. Sérgio Augusto, informou que a previsão de assinatura desses acordos é até outubro de 2024.</p>

Às 16 horas, do dia 18 de junho de 2024, o Sr. Frederico Drumond, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Aos dias 19 de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas no Hotel Ramada Airport Lagoa Santa/MG - Av. Acadêmico Nilo Figueiredo, Nº 2.049 - Joana Darc, Lagoa Santa, teve início a **82ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio – aberta.**

**1. Discussão sobre as ações planejadas para a região do Baixo Doce:**

Pauta	Discussão
<b>Discussão:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, <b>iniciou a reunião aberta</b> dando boas-vindas agradecendo a participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais por meio da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Andreia Aparecida Dias (Fundação Renova), Andressa Gati (Fundação Renova), Cristiano Macedo Pereiro (Fundação Renova), Daniela (Fundação Renova), Janaina Aguiar (IEF), João Carlos Alciati Thome (ICMBio), Leandro Fernandes Santos (Fundação Renova), Leticia de Moraes (Fundação Renova), Patrick Heimadan (IEMA) e Thais de Faria e Sousa Lopes Trindade (IEF).</p> <p>Posteriormente, o coordenador da CT-Bio informou que a proposta para este dia de reunião seria discutir o planejamento para incorporação das ações para a região do baixo Doce no âmbito da CT-Bio. A Fundação Renova apresentou uma proposta de um “Plano de Ação Territorial da Região Deltaica do Doce” a ser executado com recurso compensatório, que foi bem recebido pelos membros da CT-Bio. Houve ampla discussão para melhor entendimento e alinhamento deste plano, onde formou-se um grupo inicial - Pré-GAT, e foi marcada a primeira reunião (18/07) para melhor detalhamento das ações com intuito de possibilitar que a Fundação Renova elabore um Plano de Trabalho com orçamento à ser aprovado pela CT-Bio, e posteriormente, pelo CIF.</p>

Às onze horas e quarenta e seis minutos, do dia 19 de junho de 2024, o Sr. Frederico Drumond, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.